



-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

----- **Mandato 2017-2021** -----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO -----

----- **ACTA NÚMERO QUATRO** -----

---Aos vinte e sete dias de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte horas, reuniram no Salão Nobre da Sede da Junta de Freguesia de Marvila, sito na Avenida Paulo VI, nº 60, a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Anaísa Souto João, respetivamente Primeira e Segunda Secretárias, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

- I. **Período de Intervenção de Público**
- II. **Período de Antes da Ordem do Dia**
- III. **Período da Ordem do Dia**

---**Ponto 1** - Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia;

---**Ponto 2** - Aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2017 (Relatório e contas);

---**Ponto 3** - Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia;

---**Ponto 4** - Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento 2018;

---**Ponto 5** - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia;

---**Ponto 6** - Autorização de assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de eletricidade, gás e serviços de segurança privada (Deliberação n.º 285/2018 da Junta de Freguesia);

---**Ponto 7** - Nomeação do auditor externo - ROC -, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Deliberação n.º 352/2018 da Junta de Freguesia);

---**Ponto 8** - Aprovação do Regulamento de Apoios Sociais da Freguesia de Marvila;

---**Ponto 9** - Autorização em ratificação da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

---Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes eleitos: ---

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** - Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Manuel de Jesus Saraiva, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Ana Isabel Rodrigues Saraiva, Maria Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves e Jerónimo Teixeira Magina. ---

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** - António Augusto Pereira, Rogério Borges Pereira Mota e Constança Maria Pereira Alves. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** - Luís André Fernandes Castro e Maria Amélia Alves Cabaço. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** - Maria Isabel Pinto Ventura. -----

---**DO PRIMEIRO MARVILA MOVIMENTO INDEPENDENTE (PMMI)** - António Manuel Alves. -----

---Apresentou pedido de suspensão de mandato por um período de 10 dias, o eleito **Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo (PS)**, sendo este substituído por **Maria Fernanda Correia**. -----



---Apresentou pedido de substituição, nos termos da Lei 175/2013 de 12 de Setembro, o eleito **José da Silva Moreira (CDS)**, por uma reunião de Assembleia, tendo sido substituído por **Pedro Miguel Pinto Monteiro**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a "lista de presenças": -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Cristina Rodrigues Abreu, e José António Amaral da Silva**. -----

---Às 20 horas, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dirigir uma palavra de saudação ao Sr. Presidente da Junta, ao Executivo da Junta e aos membros das diversas bancadas, agradecendo de seguida a presença do público. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia saudou os membros da Assembleia e o público presente informando que as forças políticas com assento na Assembleia de Freguesia de Marvila, atendendo ao facto de se estar entre o 25 de abril e o 1º de maio, acordaram em alterar um pouco o procedimento normal das Assembleias de Freguesia e, em vez de uma sessão solene, antes do início dos trabalhos da Assembleia, prestar uma singela homenagem ao 25 de abril.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao eleito do CDS, **Sr. Pedro Monteiro** que fez a seguinte intervenção: -----

--- «Sr. Presidente da Assembleia de freguesia de Marvila, restante Mesa,
Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, restantes Vogais,
Caros colegas, Senhoras e Senhores,

O CDS saúda o 44.º aniversário do 25 de Abril de 1974 e o 1º de Maio que aí se avizinha. De um Abril que consagrou a plena liberdade para todos e não do Abril sectário.

De um Abril que restaurou os direitos civis e políticos e, nomeadamente que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não pretendia, depois da fascista mais ditaduras e também rejeitou, para escândalo de alguns dos presentes, a do Proletariado.

Lamentavelmente nem todos entenderam e respeitaram a vontade popular pelo que só em 25 de Novembro de 1975 foi possível recentrar Portugal no justo caminho da democracia, da liberdade e da tolerância. Foi um longo e difícil caminho com vários marcos de sucesso, como o acolhimento e a reinserção social de todos aqueles que fugiram das guerras civis e das perseguições nas antigas colónias portuguesas, a adesão à Comunidade Económica Europeia e sobretudo o desenvolvimento e pluralismo político, económico e social que transformou o nosso país é incontestável.

Longo porque demorou 44 anos e ainda prossegue. Difícil porque na nossa jovem democracia nos deparámo-nos com muitos obstáculos e cometemos alguns erros. Por vezes crescemos, outras regredimos, mas valeu sempre a pena porque a vontade do povo, a vontade expressa nas urnas e não nas ruas foi sempre soberana. Fomos e somos responsáveis pelo nosso destino

O 25 de Abril intemporal, o Abril sem donos, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado. Nunca estará!

Diariamente a democracia é confrontada com perigos e desafios patentes, como por exemplo, a atual descredibilização do sistema democrático, ilustrada pela crescente taxa de abstenção nos atos eleitorais e na desconfiança de vastos sectores da população em



relação à classe política, que os impele para as propostas populistas da extrema-esquerda e da extrema-direita.

Mas nós acreditamos que a democracia pode e sabe regenerar-se desde que os atores políticos de todos os quadrantes, não abdicando das suas diferenças trabalhem de uma forma séria e ética.

O CDS não tem nem nunca teve medo de afirmar os seus valores e princípios e também não alimenta ressentimentos. Será sempre mais fácil destruir, mas muito, muito mais difícil será estimar, unir e construir. É desse lado que estamos e estaremos.

Dizia Adelino Amaro da Costa em 1976 com palavras plenas de sentido e atualidade: O CDS estará sempre empenhado em participar no diálogo necessário para a sobrevivência e consolidação da democracia.

Há pouco mencionei alguns dos benefícios que Abril nos trouxe, deixei para o fim aquele que faz todo o sentido realçar: o Poder Local.

Enquanto membro eleito desta Assembleia é com este destaque que termino. O Poder Local através dos municípios e freguesias foi o grande motor de transformação e desenvolvimento de norte a sul do país e que ainda não se deu o devido valor. Foi o Poder local que primeiro deu o exemplo, que implantou a salubridade e equipamentos para servir o bem estar e a qualidade de vida das pessoas, construiu infraestruturas que sustentaram o investimento, levou o desporto e a cultura junto dos cidadãos, valorizou os recursos.

Foi através do Poder Local que se afirmou a nossa identidade nacional, a complementaridade das nossas diferenças regionais em termos sociais e culturais e que projetou Portugal nas comunidades de portugueses residentes no estrangeiro. E continuam a ser as autarquias que mais investem na valorização das tradições, dos valores locais, que mais apoiam as instituições e organismos sociais, culturais, desportivos e recreativos. Foi e é o Poder Local que mais aproxima os portugueses da democracia e as suas instituições. Foi e é o Poder Local, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia que mais perto estiveram do povo, sentiu as suas aspirações e anseios, discutiu as suas propostas e críticas e com ele coopera num encontro de soluções.

Hoje, e particularmente em Lisboa, o Poder Local encontra-se munido de mais competências e recursos para fazer face aos problemas que mais assolam os munícipes, sejam eles residentes, comerciantes ou estudantes, da Higiene Urbana às atividades económicas, do desenvolvimento do apoio social à habitação, da mobilidade à ocupação e valorização dos tempos livres. Atualmente, fruto da liberdade e do incremento da consciência cidadã, podemos tomar parte da reunião de um órgão, apresentar petições, participar nas escolhas para a nossa comunidade através de orçamentos participativos ou na discussão de planos urbanísticos. Hoje, mais do que nunca somos livres para fazermos as nossas escolhas mas também somos convocados para tomar partido e sermos responsáveis em muitas decisões, tendo sempre presente que liberdade exige responsabilidade. No tempo atual, as decisões políticas são escrutinadas pelos cidadãos de uma forma mais atenta, informada e exigente e no caso dos eleitos locais mais ainda.

Por isso defendemos desde sempre que é necessário ser rigoroso nas contas e justo nas medidas, acima de tudo, honrar a palavra. O CDS continua a ser defensor do municipalismo e eu guio-me por uma máxima que nunca deixei de ter presente na memória e no espírito que nos foi legada pelo Engenheiro Cruz Abecassis: transformar o poder em serviço à cidade e aos seus cidadãos.



Celebrar Abril é, pois, a busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos legou. É identificar e combater, diariamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. E porque dentro de dias se celebra o 1º de Maio é, também, o momento para afirmar a nossa firme posição de oposição à luta de classes e ao ódio que daí deriva porque um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores.

Celebrar ABRIL é lutar, tanto na esfera pública, como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.

Celebrar ABRIL é, para quem faz serviço público, como nós autarcas, que exercemos um mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada. É esta a missão dos autarcas do CDS-PP aos quais tenho a honra de pertencer.

Viva Lisboa, Viva Portugal Viva a Democracia, Viva a Liberdade.»

---Agradecendo a intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à eleita do BE, **Sr.ª D. Isabel Ventura**, que fez a seguinte intervenção: -----

----- **Voto de Saudação**-----

VIVA O 25 DE ABRIL!

No dia 25 de abril de 1974, virámos uma página da nossa História. Conquistámos a liberdade e a democracia. Abriram-se as prisões e libertaram-se os defensores da liberdade e deste povo sofrido por anos de opressão. A censura foi abolida. Terminámos com uma guerra que levava a nossa juventude frequentemente para a morte, deficiência ou trauma e deu-se a independência às colónias. Mas não só. Começámos um longo caminho de construção de uma sociedade mais justa, em que os direitos à saúde, à educação e à habitação foram sendo conquistados pelo povo. Está hoje em moda, para os defensores do Bloco Central, cujos comentadores ouvimos frequentemente nas nossas TVs, que foi o chamado Bloco Central que deu esses direitos. Como a História é alterada por esses senhores, com uma desfaçatez que deveria fazê-los corar de vergonha! Essas conquistas do povo português foram o resultado da sua luta e defendidas por intelectuais que hoje estão contra os ataques que estão a ser perpetrados contra esses esteios da democracia que são a saúde e a educação.

No que respeita à habitação, com o 25 de abril foram substituídas as barracas por habitação social e albergados os milhares que em Lisboa as habitavam. Mas à conquista deste direito não foi alheia a luta dos moradores das barracas, sobretudo das mulheres que as habitavam e que mais eram atingidas pela sua falta de condições.

Também no direito à habitação estamos a ser confrontados com os despejos impostos pela lei Cristas, uma lei do governo PSD/PP que está a desalojar moradores que viviam há décadas em habitações de Lisboa, muitos deles idosos, transformando a sua vida numa angústia permanente, numa instabilidade a que a idade não permite responder. Há neste momento cinco despejos por dia.

Estas conquistas não são irreversíveis, como verificamos diariamente. Numa altura em que a educação e a saúde são severamente atacadas por deslocação de dinheiros do Estado para interesses privados cujo objetivo é o lucro em vez de serviço às populações, a luta pela sua manutenção torna-se indispensável.



Nada nos será dado de bandeja, como não foi. Algumas décimas do défice seriam suficientes para fazer investimentos tão necessários no setor da saúde e da educação. Todos sabemos que há situações de premência em hospitais e em escolas públicas.

Contra os despejos, é necessário que a lei Cristas seja alterada, sob pena de a face da nossa cidade se alterar e as nossas populações idosas sejam atiradas para a rua. Por uma lei iníqua que coloca todo o poder do lado dos proprietários contra os inquilinos. Como a revisão da lei leva tempo para evitar os despejos que os proprietários tratarão de acelerar, para já há que impedir mais despejos.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

O Observatório das Desigualdades publicou, em março, dados que revelam que nos últimos dez anos, como consequência da profunda crise económica e social que se viveu no país, as desigualdades aumentaram, afetando principalmente as populações mais vulneráveis e desprotegidas.

O desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos dos trabalhadores e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.

O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, devendo ser garantida a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa.

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás.

A Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida a 27 de abril de 2018, delibera:

- *Afirmar o 44º aniversário da Revolução como uma data que comemora a luta pelas conquistas democráticas de Abril que urge defender e aprofundar, exaltando desse modo a memória e o tributo dos que lutaram contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do estado social, saudando a efeméride por aclamação.*
- *A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.*

Viva o 25 de Abril

---O **Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção e deu de seguida a palavra ao Sr. Luís Castro. -----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)**, no uso da palavra fez a intervenção que a seguir se transcreve: --

---«Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e restantes membros da Assembleia de Freguesia,
Ex.mo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila e restantes membros do Executivo desta Junta,



Senhores e Senhoras das bancadas desta Assembleia de Freguesia, Caríssimo público aqui presente e caros funcionários desta Junta de Freguesia de Marvila. Comemorar o aniversário do 25 de Abril é uma responsabilidade e um orgulho para o Partido Social Democrata de Marvila e fazê-lo não é nem pode ser um mero cumprimento de um dever ou uma formalidade sem significado. Comemorar o 25 de Abril é prestar homenagem a todos aqueles que lutaram e resistiram a um regime ditatorial e que naquele dia, em nome do povo português, libertaram o povo para devolver ao povo a condução dos seus destinos. Comemorar este aniversário é honrar o regime democrático em que vivemos, fundado nas revoluções de Abril de 74 e de Novembro de 75.

Provámos que a liberdade é mais forte que o medo. As novas gerações olham por isso com gratidão para as gerações que nos precederam e nos deram. Nós, os mais novos, temos tido desde que nascemos, acesso a oportunidades que as gerações anteriores apenas puderam sonhar. Fomos por isso o produto de um Portugal sonhado. O facto de a minha geração ter nascido e sempre vivido em liberdade, não significa que a minha geração prescindia de defender essa mesma liberdade ou que se esqueça o que é o nosso país que nem sempre a teve. Porque a liberdade se funda num dia mas não se constrói numa noite, recupera-se numa data mas conquista-se todos os dias. Tem que ser conquistada, e reconquistada, e reconquistada todos os dias. Uma liberdade que é minha, que é tua e é de todos nós. A força do nosso país não se mede pela força das nossas armas mas pela convicção dos nossos ideais. Não se mede pela força dos mais poderosos, mas pela esperança e pelo sonho de cumprir Portugal. Como escreveu Torga *“Livre não sou que nem a própria vida mo consente, mas a minha aguerrida teimosia é quebrar dia a dia um grilhão da corrente. Livre não sou, mas quero a liberdade, trago-a dentro de mim como um destino”*.

Viva o 25 de Abril, Viva a Liberdade, Viva Marvila, Viva Portugal.»

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)**, que no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

«Excelentíssimo Senhor Presidente, da Assembleia de Freguesia de Marvila

Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Autarcas

Digníssimo. Público

A Revolução de Abril constitui uma realização e um marco histórico, um ato de emancipação social e nacional em que o Povo Português escreveu uma das mais belas páginas da história contemporânea mundial.

O 25 de Abril de 1974, nunca será demais recordar, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) logo secundado em perfeita aliança pelos trabalhadores e pelo Povo, naquela clara madrugada, interpretando as mais justas aspirações e expectativas, porque tantos patriotas-muitos comunistas e outros democratas, lutaram consequente e persistentemente, derrubava 48 anos de ditadura fascista.

O 25 de Abril de 1974 ao culminar essa longa e heróica luta realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais, instituiu o Poder Local Democrático, promoveu eleições livres.

Os tempos que se seguiram ao verdadeiro acto revolucionário foram absolutamente fascinantes e empolgantes; de transformações e conquistas do nosso Povo -



nacionalização da Banca; implantação da Reforma Agrária; abolição da censura; direito à greve; liberdade de reunião e de associação; Poder Local Democrático; a própria Constituição da República que aprovada a 2 de Abril de 1976 consagrava essas conquistas, como as conquistas de Abril.

Ao evocarmos hoje e aqui a Revolução de Abril de que comemorámos os seus 44 anos no passado dia 25, por certo uns mais do que outros, preocupa-nos a interrogação que por vezes ouvimos a alguns dos nossos concidadãos. Será que o 25 de Abril mereceu a pena? No Partido Comunista Português e na CDU afirmamos com toda a convicção. Sim mereceu a pena!

Apesar de conhecermos as muitas tentativas para destruir e denegrir as suas conquistas, passados 44 anos e sabendo que ainda muito temos de lutar, afirmamos. Sim mereceu a pena! 25 de Abril Sempre!

E porque estamos num Órgão do Poder Local Democrático, a nossa Assembleia de Freguesia, em primeiro lugar queremos deixar um lamento, por não termos nesta freguesia de luta e tradições históricas profundamente operárias comemorações dignas do 25 de Abril e dos seus construtores. Fica desde já a sugestão para que se forme uma Comissão das Comemorações do 25 de Abril para assinalar os 45 anos da Revolução de modo vivo e condigno.

Em segundo lugar, constatar que os sucessivos governos indiferentes à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu dia-a-dia, continuam a desvalorizá-lo, muita vezes a procurar subvertê-lo, dando expressão a tentativas de concretização de verdadeiro ajuste de contas com uma das mais importantes conquistas de Abril, que foi colocar o Poder Local junto das populações.

São exemplo:- A extinção de mais de um milhar de Freguesias ou seja afastar os eleitos das pessoas. Esta não é nem pode ser uma medida para defender Abril e as suas conquistas e aproximar os eleitores dos eleitos; - a atribuição de mais e novas competências para as Freguesias sem que sejam acompanhadas dos respetivos meios financeiros, técnicos e humanos para as cumprir. Esta não é nem pode ser uma medida para defender Abril e as suas conquistas.

O Poder Local parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder viu consagrado na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira, mas que os sucessivos governos através de medidas avulsas tem posto em causa.

O intenso trabalho realizado em prol das populações desde as comissões administrativas após o 25 de Abril de 1974, tem operado profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

Pelos resultados verificados pouco se percebe que os nossos Governantes tenham tomado a decisão de extinguir mais de mil Freguesias, assim como a falta de uma política verdadeiramente descentralizadora para o Poder Local.

Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Marvila, Senhor Presidente da Junta de Freguesia Senhoras e Senhores Autarcas Digníssimo Público.



Neste ato simbólico comemorativo dos 44 anos de 25 abril 1974, o PCP/CDU, não pode concluir a sua intervenção, sem colocar aqui algumas reflexões:

1ª Será que a troca da chamada consolidação Orçamental imposta pela Comunidade Europeia e de forma submissa aceite pelos Partidos, PS/PSD/CDS, os trabalhadores os Pensionistas e os Reformados vão mais uma vez ver os seus anseios e preocupações adiados?

Então onde é que fica um dos principais objetivos da Revolução de Abril, que era a Soberania e a Independência Nacional?

2ª Que tipo de Sociedade é esta em que vivemos que passados 44 anos da Revolução de Abril uma percentagem muito grande de jovens só tem trabalho precário sem qualquer respeito pelos seus direitos e pela sua dignidade?

Será assim que se defende Abril e as suas conquistas?

3ª Se a crise já se foi, se a Economia está a crescer, então porque é que não se começam a repor as condições de vida que a maioria dos Portugueses perdeu? É que os seus rendimentos em 2018 são inferiores em 20% ao que tinham em 2010.

4ª Será que 44 anos após a Revolução de Abril é digno de um estado de direito assistir ao despejo de Moradores e até dos mais idosos dos Bairros Históricos da nossa Capital, fruto da ganância especulativa de alguns Senhorios sem escrúpulos, porque temos uma Lei que lhes permite os contratos das rendas de casa tal como aos patrões precarizar o trabalho, pondo em causa o direito à habitação.

Será assim que se defendem as conquistas de Abril?

Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Senhoras e Senhores Autarcas, digníssimo Público, por todas estas razões e em solidariedade com todos os seriamente atingidos que são: Os Trabalhadores sejam da Função Pública seja dos Privados, os Idosos, os jovens, todos os Democratas enquanto defensores dos verdadeiros objetivos transformadores da Revolução de Abril, se impõe dizer basta de políticas destruidoras da qualidade de vida dos Portugueses.

Comemorar Abril deve ser, do nosso ponto de vista, mais uma oportunidade, de afirmar a recusa de políticas contra os direitos dos trabalhadores e aspirações das populações.

Comemorar Abril é lutar contra a política de submissão ao déficit, aos condicionamentos e orientações dos directórios da U.E. que vêm usurpando a nossa soberania.

Comemorar Abril é lutar pela rutura com esta política por uma política alternativa e pela alternativa política, patriótica e de esquerda vinculadas aos valores de Abril e que coloque o País nos caminhos do progresso e do desenvolvimento sustentado.

Comemorar Abril é não apagar a memória lembrando às novas gerações a necessidade de prosseguir essa luta pelos valores de Abril.

Comemorar Abril depois da grandiosa manifestação do passado dia 25 na Avenida da Liberdade é fazer também do 1º de Maio uma grande jornada de luta pela defesa dos valores de Abril, da Constituição e da Paz no Mundo.

Viva o 44º Aniversário da Revolução de Abril.

25 de Abril Sempre!

A luta continua»

---Agradecendo a intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao eleito do PS, Sr. Manuel Saraiva. -----

---O **Sr. Manuel Saraiva (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção que aqui se transcreve: -----



--- «Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,
Restantes Membros da Mesa,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia,
Senhoras e Senhores Vogais do Executivo,
Senhoras e Senhores Eleitos da Assembleia de Freguesia,
Excelentíssimo Público, que saudamos de forma muito calorosa,
Senhores colaboradores da Junta de Freguesia,
Minhas Senhoras, meus Senhores,

Quarenta e quatro anos depois da *“Esta é a madrugada que eu esperava / o dia inicial inteiro e limpo / onde emergimos da noite e do silêncio”* muito há para dizer e é importante que todos nos esforcemos para que os principais destinatários da mensagem sejam os jovens, aqueles que estão na escola e que serão os portadores da esperança pelos valores do 25 de Abril, nossos filhos, nossos netos, sobre quem temos responsabilidades.

Há quarenta e quatro anos as aspirações dos jovens eram iguais às dos jovens de outras épocas: procuravam viver o seu dia-a-dia com a esperança num futuro melhor. Estas continuam também a ser as aspirações dos jovens desta geração, muitos deles nascidos já neste século e para os quais algumas das nossas palavras terão menor sentido porque, felizmente, nasceram num mundo diferente, que desconhece o medo, a repressão, a falta de liberdade. Serão, porventura, outras as respostas que pretendem, à cabeça das quais estarão a ambição de um melhor ensino e de trabalho com dignidade.

Naquele tempo, de noite e de silêncio, o futuro era bastante nebuloso. A vida não correspondia à ansiedade de quem tem o mundo à sua espera. O mais importante era que faltava a Liberdade e, ali à porta, a ameaça de mobilização para uma guerra que, na sua maioria, começavam a ter dificuldades em entender e, em muitos casos, levou à emigração forçada, com a ideia de que se partia para não mais voltar, deixando para trás família e amigos.

Era um regime de desigualdades: a educação e a saúde não eram de acesso generalizado; a questão económica era determinante num Portugal fechado, de gente muito pobre e triste. Um Portugal sem direitos, onde quase tudo era proibido. O medo (da polícia, da Pide, do vizinho, que podia ser informador) era um forte travão, o qual não impediu que alguns jovens, com mais informação, fossem capazes de se mobilizar em ações de esclarecimento e propaganda. Sentiam-se asfixiados e havia a ideia de um mundo novo, de justiça, de paz, sem censura ou repressão e no qual a eliminação das desigualdades e injustiças teria sentido. Mais: queriam que tivesse sentido. Mais: queriam ajudar a construir esse mundo.

O 25 de Abril a todos trouxe a liberdade, acabou com a guerra colonial e provocou um enorme movimento de encontro: as ruas encheram-se de pessoas ávidas de conhecimento. Os jornais tinham várias tiragens diárias, a rádio era ouvida por muita gente e a televisão, ainda incipiente e a preto e branco, motivava grandes discussões em torno de ideologias e de partidos. Foi como, se de repente, nos chegasse muito do que fora retido durante anos e anos, como um dique que, por tanta pressão, acaba por rebentar e que, por causa única até então, traz a liberdade representada por uma flor, uma flor vermelha e simples, um cravo na ponta de uma espingarda.



Foram tempos conturbados, mas foram tempos inesquecíveis, tempos de acreditar na Liberdade, na Igualdade e na Fraternidade, tempos de entender que a política era (é) uma das mais nobres atividades do homem na sociedade.

Todos, incluindo o Partido Socialista, não somos demais para continuar a Democracia que Abril nos legou naquele dia inicial inteiro e limpo. Todos não somos demais para continuar esta ideia e esta vontade de dizer não aos que nos querem amarrar a um caminho único, a um futuro incerto. Todos não somos demais para, sem medo, alto e com bom som, dizermos em uníssono:

VIVA O 25 DE ABRIL.

VIVA A LIBERDADE.

VIVA MARVILA!»

---O **Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção e deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

---No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Junta** fez a seguinte intervenção que aqui se transcreve: -----

---«Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Srs. Vogais do Executivo, funcionários da Junta de Freguesia de Marvila, estimado público e caros Marvilenses. Este momento é bem ilustrativo da data que celebrámos esta semana, o 25 de Abril. Aqui estamos, escolhidos pelo povo para encontrarmos caminhos e soluções para que a vida do nosso povo possa ser melhor. Foi por isso que o 25 de Abril aconteceu há 44 anos, para que os cidadãos possam escolher os seus destinos, depositando essa responsabilidade em quem votam nas eleições. Mas a democracia não se esgota na escolha de quem governa por ter recolhido mais votos. A democracia é um corpo vivo e dinâmico que exige diálogo entre as várias opiniões para se encontrar o caminho certo que leve ao bem comum. Há 44 anos, o homem que hoje dá o nome a uma das principais ruas de Marvila, antes de avançar sobre Lisboa, desafiou e motivou os seus homens com um desafio. Há 44 anos disse Salgueiro Maia: "Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de estado: os estados sociais, os corporativos e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos! De maneira que, quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e forma. Quem não quiser sair, fica aqui!".

E assim foi, Salgueiro Maia, que hoje tem o seu nome perpetuado aqui em Marvila, ajudou a substituir uma ditadura por um estado democrático. Olhando para trás, percebemos a extraordinária evolução que se registou nos últimos 44 anos, não só no país mas também aqui em Marvila. Subimos muitos degraus neste longo caminho, mas por cada degrau que subimos, conseguimos ver que o horizonte fica mais largo. Por isso temos que fazer mais e melhor. Por cada degrau que subimos, percebemos que temos que ver mais longe e mais largo. Não podemos acomodar-nos com o que foi conquistado nos últimos 44 anos.

A Marvila, terra que acolhia os muitos portugueses que abandonaram os campos para encontrar uma vida melhor na capital mudou. A Marvila operária que acolheu indústrias que deram força ao movimento trabalhador mudou, mas há uma coisa que não mudou, a vontade e os talentos dos Marvilenses para em cada dia construir algo de novo.

Por isso os Marvilenses mobilizaram-se para através dos movimentos associativos encontrarem as soluções. Assim tem sido na ação social, na educação, na saúde, na cultura ou no desporto. A democracia na ação não se esgota no Estado, mas cabe ao Estado, cabe à Junta de Freguesia criar condições para que essa força viva dos cidadãos,



representada nos movimentos associativos e outras iniciativas possa desenvolver-se e crescer. Este é o entendimento que temos do Estado Social, ser o motor que faz acontecer os bons projetos, as boas ideias e as boas vontades. Ser o garante de que ninguém ficará na berma da estrada só porque não teve a sorte de crescer numa família com as possibilidades mínimas. Não deixar para trás quem viu o passar dos anos tirar-lhe energias e capacidade para se defender. Por isso, celebrar Abril é garantir que as nossas crianças, independentemente da família onde tenham nascido, possam chegar tão longe conforme o seu talento o permita. Celebrar Abril é garantir que as nossas crianças tenham acesso aos livros mesmo que as suas famílias não tenham dinheiro para os comprar. A iniciativa do Vereador do Pelouro da Educação da CML em promover os manuais escolares gratuitos é um bom exemplo do caminho a seguir. Celebrar Abril é garantir que os nossos idosos tenham o acompanhamento que merecem na saúde, mas também nos afetos, na alimentação, mas também no combate à solidão. Celebrar Abril é garantir que os Marvilenses tenham uma qualidade de vida melhor, é garantir que tenham gosto na sua rua, no seu bairro, se sintam seguros, mas que cuidem também do bem comum. É certo que cabe ao Estado, cabe à Junta de Freguesia promover um espaço público de qualidade, mas cabe também aos cidadãos saber preservá-lo. E a democracia é também isto, a interação entre o poder e os cidadãos. Por outras palavras, a democracia é quem está no poder, sair dos gabinetes, ir para a rua e ouvir os cidadãos. Marvila tem uma das melhores bibliotecas do país, o edifício da biblioteca de Marvila foi desenhado pelo arquiteto Hestnes Ferreira, falecido no passado mês de fevereiro, mas ficou a obra, um farol para todos os Marvilenses, um farol de saber que ilumina os caminhos do futuro. Quando vamos à biblioteca de Marvila, projetada pelo arquiteto Hestnes Ferreira, não podemos ficar indiferentes ao espaço que ele dedicou ao pai, o grande poeta José Gomes Ferreira que foi e será, para as antigas gerações e para as gerações vindouras uma fonte de inspiração. E quando visito a biblioteca de Marvila, lembro-me sempre de umas principais obras de José Gomes Ferreira, “As Aventuras de João Sem Medo”. Nessa que é uma das principais criações literárias portuguesas do século vinte, José Gomes Ferreira conta a história de um rapaz, o João Sem Medo, que habita na aldeia Chora que Logo Bebes. Nessa aldeia os habitantes vivem presos à tradição que tanto se orgulham, chorar de manhã à noite. Um dia o João Sem Medo decide saltar o muro que protege a aldeia da Floresta Branca e assim descobre que há um novo mundo, um mundo fantástico com muito para descobrir. Inspirando-me em José Gomes Ferreira é esse o desafio que lanço, sejamos o João Sem Medo, não fiquemos presos nas contrariedades do dia a dia, saltemos o muro, deixemos para trás as diferenças que nos consomem energias e vamos encontrar força comum para descobrir e construir um mundo novo. Juntos faremos uma Marvila melhor. Juntos subiremos mais degraus para descobrir que há novos horizontes que nos desafiam, juntos vamos ser o João Sem Medo de José Gomes Ferreira, juntos vamos saber preservar os símbolos do nosso brasão, a Marvila operária, a Marvila virada para o rio, mas juntos vamos também responder aos novos desafios, sim Marvila tem muitos desafios pela frente e juntos vamos transformar esses desafios em oportunidades e juntos vamos cumprir Marvila e vamos trabalhar para que as oportunidades cheguem a todos os Marvilenses, para que todos os Marvilenses sejam felizes porque é isso e é com cada vez mais convicção que digo “Marvila estamos juntos”.

Viva o 325 de Abril, Viva Portugal, Viva Marvila.» -----



---De seguida a **1ª Secretária da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Assembleia** que fez a seguinte intervenção: -----

---«Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sras. e Srs. Vogais do Executivo, Sras. E Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Sras. E Srs. Colaboradores da Junta de Freguesia, forças vivas da freguesia, minhas senhoras e meus senhores.

Comemoramos hoje o 44º aniversário do 25 de Abril. A possibilidade 1que nos foi concedida de livremente expressarmos as nossas opiniões políticas, religiosas, ideológicas, de fazer ou não fazer, de participar ou não participar na vida pública e de criticar aberta, pública, mas acima de tudo livremente não pode ser ignorada. Aliás, é nesta liberdade do “*facere ou non facere*” ou por outros modos, esta possibilidade de fazer ou não fazer que reside a verdadeira essência e responsabilidade dos primeiros atores políticos. Tal como é permitido ao cidadão livre a participação também lhe é permitida a crítica livre. Assim recai diretamente sobre os detentores de cargos públicos electivos em primeira instância, os de maior contato direto com o cidadão, um dever especial de cuidado que impele o político a cuidar da coisa pública e a dela prestar contas ao seu eleitor. Só deste modo conseguiremos alcançar o tão almejado desiderato de consciencializar todos para a nossa causa. Uma causa que nos une a todos, que ultrapassa partidos e ideologias, que é maior do que qualquer tema que nos possa separar, a importância de uma maior participação democrática dos cidadãos na vida pública. Daí a importância de continuarmos a celebrar Abril. Em 2019 teremos dois atos eleitorais, as eleições europeias e as eleições legislativas. Os jovens que vão votar pela primeira vez, nasceram no ano em que Durão Barroso se tornou Primeiro-ministro, não conheceram Álvaro Cunhal como Secretário Geral do PCP, nem tampouco percebem porque é que Soares é fixe ou que Cavaco também já havia sido Primeiro Ministro antes de Presidente ou que Freitas até foi fundador do CDS, já para não falar de Adelino Amaro da Costa, Sá Carneiro, de Guterres, de Carvalhas, homens que marcaram estes 44 anos de democracia em Portugal, em suma, cabe-nos a nós uma parte nesta peça. Celebrar Abril é manter a chama da liberdade e da democracia e não permitir que com ela soprem ventos de mudança que apaguem as melhorias de que todos temos vindo a beneficiar. Mas celebrar Abril não pode ser apenas um recordar histórico de um passado com já mais de quatro décadas. É que a sociedade de então é uma realidade impercetível para todos os que não viveram o anacronismo do regime de então, um regime totalitário em que da censura à tortura, às penas arbitrárias, à deportação e ao exílio ou à eliminação física se aliavam a discriminação na função pública, a perseguição económica, a expulsão das universidades, a denúncia e a delação, a vigilância sistemática da vida individual e coletiva por vezes gratificadas de informadores. Quem não tem memória não tem futuro. Por ter existido tal regime é que é imperioso que continuemos dia a dia a trabalhar para proporcionar melhores condições de vida aos nossos concidadãos tal e qual como nos propusemos quando assumimos as funções que desempenhamos.

Respeitando as nossas diferenças, mantendo sempre a nossa identidade devemos encontrar os nossos pontos comuns e com eles estar lado a lado no combate contra as dificuldades que assolam os nossos concidadãos em Marvila mas também em Lisboa, em Portugal e direi mesmo, em todo o mundo. Precisamos de hoje, como há 44 anos, de continuar a alimentar a esperança à semelhança do que temos vindo a fazer nestes últimos anos. A confiança gera confiança e as pessoas acreditam. Estou aliás convicto que os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade que, insisto, devemos ter uns



para com os outros devem prevalecer. Estou certo que no fim do dia é o que sucederá. Sei que fazemos o nosso melhor, o melhor para o país, para Lisboa mas também o melhor para os Marvilenses. Sei que este é um Portugal melhor e que Marvila, e que Lisboa precisam de todos e estou também certo que os nossos concidadãos acreditam como nós neles próprios e acreditam que juntos, com seriedade, com perseverança, com confiança e com muito trabalho conseguiremos alcançar um futuro ainda melhor. Mas esse desafio, um desafio para todos nós, necessita que consigamos fazer passar a mensagem. A mensagem da esperança e da confiança, deixando para trás a palavra vazia repleta de insultos e de negativismo porque as pessoas sabem que palavra dada é hoje palavra honrada. Os Portugueses, os Marvilenses sabem quem resolve os seus problemas, sabem com quem contar, sempre assim foi e sempre assim será. Portugal, em pouco mais de quatro décadas alcançou elevados padrões democráticos de funcionamento na ordem política tendo restaurado e conseguido manter e aumentar direitos ao mesmo tempo que assegurou a proteção jurídica por igual a todos os cidadãos. A este respeito veja-se aliás a recente legislação acerca da igualdade de género quanto à participação política. Também expandimos critérios de proteção social e integrámos positiva e construtivamente a cena mundial, quer ao nível da União Europeia, quer ao nível das Nações Unidas, com a presidência da Comissão Europeia, da Assembleia Geral das Nações Unidas e atualmente com o Secretário Geral das Nações Unidas.

44 anos é pouco tempo mas é também muito em termos de estabilidade e de potencial para o aperfeiçoamento constante da democracia participativa, progressista e moderna que pretendemos todos enraizar. Ao longo destes anos sabemos que a vida tem sido bem melhor, aliás, bem vistas as coisas, temos vindo a melhorar muito mesmo. Temos condições de vida quase ímpares, vivemos em paz e em segurança. E a perceção dos portugueses hoje é valorizadora de um progresso e não de um retrocesso ao caminho que percorremos. O povo é o supremo garante da democracia. Ao fim destas décadas estou certo que todos temos como objetivo mais e melhor democracia para todos. Em democracia a relação entre instituições, entre agentes políticos e a opinião pública, os cidadãos, é muito exigente e a tendência é para que o nível dessa exigência seja cada vez maior. Nenhum agente político tem ou pode ter a ilusão de que é possível a domesticação dessa obsessão informativa e isso deverá estar preparado para enfrentar os diversos graus de qualidade com que ela se exerce. Temos que saber extrair para a nossa ação as elações corretas do exercício e é sem dúvida eminentemente crítico e por vezes manifestamente injusto. O caminho é absorvermos em permanência o sentido útil da crítica mesmo quando ela é injustificada. Para os agentes políticos legitimamente sufragados pelo exercício de funções que nos foram confiadas a resposta só pode ser uma, agir assegurando que as nossas ações têm consequências para com todos os nossos concidadãos. Observando não um interesse de um grupo ou facção, mas o interesse geral e o bem comum de todos os Marvilenses. A Assembleia de Freguesia de Marvila é um espaço plural onde se exprimem com inteira liberdade as forças políticas sufragadas pelos cidadãos com todo o sentido inerente ao seu dever de vitalizar e defender a ação governativa da freguesia, criticá-la e opor-se-lhe, fiscalizar o Executivo e velar pela execução dos poderes que lhe são conferidos em prol dos nossos concidadãos de Marvila, bem como dar voz aos fregueses e que dela queiram usar para aqui intervir e questionar o Executivo sobre a sua ação. Não somos por isso hoje indiferentes, hoje que celebramos o 25 de abril, às preocupações centrais que se ocupam os nossos concidadãos em termos



de grandes problemas do país. Mas estamos certos que só conseguiremos atender essas preocupações com as condições necessárias para esse efeito. Só com seriedade, só com confiança, com trabalho é que conseguiremos evoluir. Só com liberdade e respeito mútuo que tanto prezamos é que conseguiremos ter uma freguesia ainda melhor.

Viva Marvila, Viva o 25 de Abril, Viva a Liberdade» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** chamou então a Associação de Reformados do Bairro do Condado para um momento cultural alusivo ao 25 de abril, onde interpretaram o tema “Grândola Vila Morena”-----

---De imediato, nos termos regimentais e não havendo inscrições do público para intervir, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao período antes da ordem do dia (PAOD), dando a palavra ao Sr. Pedro Monteiro (CDS) -----

---O **Sr. Pedro Monteiro** no uso da palavra, fez um resumo dos documentos que apresentou à Assembleia e que aqui se transcrevem: -----

-----**VOTO DE SAUDAÇÃO**-----

VOTO DE SAUDAÇÃO PELO 25 DE ABRIL DE 2018

O CDS saúda o 44.º aniversário do 25 de **ABRIL** de 1974.

De um **ABRIL** que consagrou a plena liberdade para todos e não do **ABRIL** sectário.

De um **ABRIL** que restaurou os direitos civis e políticos e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais ditaduras. Nem todos entenderam e respeitaram a vontade popular pelo que só foi possível recentrar Portugal no justo caminho da democracia, da liberdade e da tolerância em 25 Novembro de 1975.

De um **ABRIL** que conduziu ao reconhecimento internacional de Portugal e a adesão à Comunidade Económica Europeia.

De um **ABRIL** que incontestavelmente trouxe o desenvolvimento e o pluralismo político, económico e social que transformou o nosso país.

De um **ABRIL** intemporal, o **ABRIL** sem donos, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado. Nunca estará! Mas que nos permite ser construtores e responsáveis pelo nosso destino.

Celebrar **ABRIL** é defender diariamente a democracia dos perigos e desafios provocados pela descredibilização do sistema político que leva à crescente abstenção eleitoral e à desconfiança de vastos sectores da população impelindo-os para as propostas populistas da extrema-esquerda e da extrema-direita.

Celebrar **ABRIL** é, pois, a busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos legou. É identificar e combater, quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. E porque dentro de dias se celebra o 1º de Maio é, também, o momento para recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores.

Celebrar **ABRIL** é lutar, na esfera pública, como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva. Celebrar **ABRIL** é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.

Celebremos **ABRIL**!

Pel’ o eleito do CDS-PP – Marvila, Pedro Miguel Monteiro



-----RECOMENDAÇÃO Nº 1-----

PROMOÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA E DIVULGAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

Na Assembleia de Freguesia realizada no pretérito dia 15 de dezembro de 2017, o CDS-PP apresentou uma Recomendação para que na página oficial da *internet* da Junta de Freguesia de Marvila passasse a constar, para além dos nomes de todos os eleitos, os respetivos contactos de correio eletrónico (*email*) para que possam ser diretamente contactados pela população que pretenda dirigir-se sobre determinado assunto a um membro em concreto.

Nesta senda, e pela importância que o poder da comunicação tem nos dias de hoje, bem como pela diversidade do conhecimento, opiniões e pensamentos que caracteriza o ser humano é também desejável, e revelador de um grande sentido democrático, que passe a haver uma página/espço reservado e dedicado quer na Revista (que passa a ser trimestral) bem como na página oficial da *internet* da Junta de Freguesia de Marvila para que os partidos da oposição se possam expressar e transmitir a sua mensagem ao seu eleitorado.

Por último, atendendo à importância que as Assembleias de Freguesia assumem, sendo um local onde se exerce uma política de proximidade e um dos locais privilegiados para que o público possa pronunciar-se e questionar diretamente o executivo sobre problemas, aspetos ou situações relacionadas com a sua Freguesia e, eventualmente, sobre os assuntos que irão ser debatidos nos Pontos da Ordem do Dia (POD).

Será seguro afirmar que, todos os membros que compõem esta Assembleia anseiam que estas sessões sejam participadas tanto quanto possível pela população, pelo que importa criar os estímulos e meios necessários e adequados de divulgação para que os fregueses participem neste verdadeiro ato democrático.

Neste contexto, o eleito do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Marvila propõe que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia para que:

1. Faça constar na página oficial da *internet* da Junta de Freguesia de Marvila, os respetivos contactos de correio eletrónico (*email*) de todos os membros eleitos;
2. Disponibilize/dedique um espaço na Revista e na página oficial da *internet* da Junta de Freguesia de Marvila aos partidos da oposição;
3. Promova de forma mais expedita, célere e com maior antecipação, nomeadamente através das redes sociais e os canais de comunicação à disposição, a realização das Assembleias de Freguesia, visando incentivar e incrementar a participação nas mesmas.

Pel' o eleito do CDS-PP – Marvila, Pedro Miguel Monteiro

-----RECOMENDAÇÃO Nº 2-----

PELA CONTINUIDADE DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CASA DO CONCELHO DE CASTRO DAIRE

Nos finais do século XIX, início do século XX, assistiu-se a um grande êxodo da população das Beiras para a zona hoje denominada freguesia de Marvila, procurando trabalho e melhores condições de vida nas inúmeras fábricas existentes na zona oriental e industrial de Lisboa.

Foi aqui que os beirões assentaram a sua morada e constituíram família, criando raízes que perduram até hoje e que chegam a 2 gerações posteriores, filhos e netos.

É desta comunidade da Beira Alta que, segundo se estima, existem 30% oriundos de Castro Daire, concelho do distrito de Viseu, que estenderam as práticas culturais



tradicionais, vivências e costumes, em suma a cultura popular para Marvila, sendo parte integrante da cultura promovida em Lisboa.

É com o intuito de agregar esta comunidade residente em Lisboa e manter vivas as tradições que, em 1991, é criada a Casa do Concelho de Castro Daire que, atualmente, conta com cerca de 1 000 associados e que se encontra sediada nos n.ºs 92 e 95 da Rua Vale Formoso de Cima, em propriedade municipal, há mais de 20 anos.

No pretérito mês de março, a direção da associação foi confrontada com um ofício do Município a informar da decisão, proferida pelo Senhor Vereador Manuel Salgado em 9 de março, de cessação da cedência precária objeto de protocolo celebrado em 19 de maio de 2015, exigindo a entrega voluntária do espaço municipal por *“razões de interesse público” e “mantendo-se prevista a construção de um equipamento (creche) para o referido local, o que implicará a demolição do edifício”*.

Tal decisão, não só coloca em causa a missão cultural, recreativa e social da associação, bem como de congregação de uma comunidade unida e que se juntam outras instituições representantes de concelhos da Beira Alta, como refere que o espaço não é utilizado *“de forma permanente com as atividades adequadas”* o que demonstra, de forma clara, que o Município desconhece a atividade desta associação bem como a sua importância.

Das inúmeras atividades desenvolvidas ao longo do ano e que têm mantido a Casa em pleno funcionamento, destacam-se a recente criação do Espaço Tradições, uma parceria com o Município de Castro Daire e que se reveste de uma coleção de peças e utensílios ligados às práticas culturais tradicionais, da etnografia à música, a criação de um espaço de biblioteca em parceria com a Biblioteca Municipal de Relva e a doação de obras de várias entidades, bem como o Curso de Concertinas promovido pela Fundação INATEL e que se reveste do curso. Certificado, com o maior número de alunos deste instrumento em Lisboa, as atividades diversas têm marcado a agenda cultural de Lisboa e em particular da freguesia de Marvila.

Paralelamente às atividades culturais, encontra-se a decorrer o II Torneio Futsal Cidade de Lisboa, bem como a preparação da XXVII edição do Castro Daire Abraça Lisboa, da Mostra Castrense em Lisboa, o I Encontro de Concertinas e Cantares ao Desafio e a XXV edição do Festival do Folclore.

A Casa tem constituído o Rancho Folclórico e Etnográfico e o Grupo de Concertinas, com atividade e atuações regulares.

De salientar ainda que a breve descrição das várias atividades da associação, a mesma tem efetuado obras de conservação e beneficiação do edificado municipal.

Por fim, importa relembrar a importância do trabalho realizado pelas casas regionais e que, na manutenção viva das suas tradições, fazem parte da identidade cultural de Lisboa, matéria que nos identifica e distingue enquanto povo.

Assim, o CDS entende que o historial e a importância desta instituição, o trabalho desenvolvido junto da comunidade castrense, a participação e envolvimento na vida cultural e social de Marvila e as atividades em funcionamento, envolvendo compromissos com entidades parceiras e centenas de participantes e formandos não podem ser colocadas em causa, designadamente pela ausência de uma solução alternativa, por parte do Município, que deverá, inevitavelmente, ser encontrada na zona de inserção atual desta comunidade.



Neste contexto, o eleito do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Marvila propõe que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia para que interceda junto da Câmara Municipal de Lisboa no sentido desta:

1. Suspender a decisão de cessação mantendo o protocolo de cedência precária até que, em conjunto com a Associação, encontre uma alternativa viável que não coloque a sua atividade de interesse público em causa;
2. A ocorrer a mudança para outras instalações, seja garantido que as mesmas têm as condições necessárias para a prática regular das atividades desenvolvidas pela Associação e o espaço a afetar seja na freguesia de Marvila, onde a sua comunidade se encontra maioritariamente inserida;
3. Dê conhecimento da presente recomendação aos Senhores Presidente da CML e Vereador Manuel Salgado, à Assembleia Municipal de Lisboa e à Direção da Casa do Concelho de Castro Daire em Lisboa.

É fundamental que a Assembleia de Freguesia, na sua totalidade, se una na defesa de uma Associação da sua freguesia, em particular pelo trabalho desenvolvido e reconhecido junto da comunidade e da cultura.

Pel' o eleito do CDS-PP – Marvila, Pedro Miguel Monteiro

-----**RECOMENDAÇÃO Nº 3**-----

REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA PARDAL MONTEIRO E AV. SANTO CONDESTÁVEL

A Rua Pardal Monteiro, situada no Bairro dos Lóios, freguesia de Marvila é, desde há vários anos a esta parte, caracterizada na sua envolvente por áreas expectantes.

Durante muitos anos, estas áreas deram lugar à realização da Feira do Relógio que, quer pela sua génese comercial quer pela carga de pessoas e materiais, se converteu numa zona árida.

Em 2005, a antedita Feira foi deslocalizada para a Av. Santo Condestável, encontrando-se, presentemente, o anterior espaço degradado quer ao nível do pavimento quer dos próprios arruamentos, tratando-se de um local inóspito sendo utilizado como estacionamento arbitrário e desregulado de veículos pesados, semirreboques e também veículos ligeiros, sendo que esta situação se agrava em dias de feira (todos os Domingos). Estas duas artérias são as principais portas de acesso à freguesia de Marvila, e não somenos à Cidade de Lisboa, quer por via pedonal, de bicicleta (meio de transporte que o atual executivo tanto privilegia), quer através dos milhares de veículos que aí circulam diariamente com destino a outros pontos da cidade, salientando a extensão que a Av. Santo Condestável tem e que atravessa um grande superfície comercial, destacando-se ainda as duas grandes rotundas que fazem o escoamento de trânsito para outras artérias da cidade e que não têm qualquer apresentação nem condições de segurança rodoviária. Decorrido mais de uma década, a Câmara Municipal de Lisboa não apresentou uma solução urbanística para estas zonas, não obstante de em 2013, na sequência de uma recomendação do CDS aprovada por unanimidade, o Senhor Vereador Manuel Salgado ter garantido que a obra estaria para breve.

Volvidos 5 anos, o espaço recebeu um troço de ciclovía (refira-se novamente que é o meio de transporte que o atual executivo tanto privilegia), o qual não foi acompanhado pelo correspondente e desejável arranjo paisagístico de todas as zonas envolventes encontrando-se, atualmente, terrenos ao abandono com crescimento de vegetação desregrado e acumulação de lixos e entulhos, pavimentos completamente degradados e



com poças de água e lamas e um local com pouca iluminação pública, podendo colocar em risco a saúde e segurança pública.

É, pois, imperioso que, decorridos tantos anos de abandono, se dê as merecidas condições de qualidade de vida e fruição destes espaços públicos, a todos os que frequentam e por ali passam diariamente, com especial enfoque os milhares de moradores de Marvila, e em particular do Bairro dos Lóios. Para as áreas expectantes são viáveis vários projetos de ordenamento do espaço, nomeadamente que contemplem espaços verdes, requalificação de passeios, zonas pedonais, parque infantil, zona de circuito de manutenção física e outras valências que sejam entendidas como pertinentes e dignas daquele local e que melhor se enquadrem na cidade e respondam às necessidades dos cidadãos.

Neste contexto, o eleito do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Marvila propõe que esta Assembleia delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia para que interceda junto da Câmara Municipal de Lisboa com a finalidade desta:

- Apresentar com urgência, um projeto de requalificação dos espaços públicos da Rua Pardal Monteiro e Av. Santo Condestável.

Pel' o eleito do CDS-PP – Marvila, Pedro Miguel Monteiro

---O **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** deu de seguida a palavra à **Sr.ª D. Isabel Ventura (BE)** que apresentou à Assembleia o documento que aqui se transcreve:

----- **MOÇÃO** -----

Pela adoção de medidas de emergência face à iminência de expulsão de residentes na freguesia de Marvila

A cidade de Lisboa enfrenta um grave problema de substituição de moradores de baixas rendas, muitos deles idosos, por camadas mais abastadas, o que, associado à massificação do turismo, e a uma escalada da especulação imobiliária, tem vindo a aumentar a pressão sobre a sua população, seja ao nível das infraestruturas e equipamentos, seja ao nível da habitação, levando a uma degradação da qualidade de vida da população local;

Estas mudanças têm resultado num aumento drástico dos casos de saída forçada de populações residentes, em particular as mais pobres, assim como de pequenos comerciantes, no quadro de uma prática de desocupação de prédios com vista à realização de grandes empreendimentos imobiliários;

A instabilidade instalou-se em muitos lares e em Marvila, assistimos também a situações semelhantes como por exemplo num prédio da Rua do Açúcar em que os moradores são assediados e ameaçados pelo proprietário que pretende despejar os moradores para realizar negócios avultados com as habitações.

Igualmente o comércio de rua, e não só, tem sofrido com esta realidade, com um aumento de custos de funcionamento ditado pela pressão imobiliária, quando não mesmo face a despejos, perdendo Lisboa muitos dos seus estabelecimentos mais característicos e emblemáticos da nossa cidade. Tendo em conta a escassez das casas disponíveis para arrendamento o que, combinado com estas mudanças, tem contribuído para um grande aumento dos preços do arrendamento;

Face à forma acelerada com que estes processos têm ocorrido e à necessidade que sejam tomadas, em tempo útil, medidas que salvaguardem os interesses das populações residentes e pequenos comerciantes em risco de expulsão;



Considerando o papel crucial que teve o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) na medida em que: retirou, de forma unilateral, injustificada e desproporcionada, direitos aos inquilinos, e precarizou os contratos; permitiu o aumento das rendas antigas; abriu vias verdes para o despejo, nomeadamente o realizado através do anúncio de obras (sem necessidade de reintegrar o inquilino) e através da sua retirada da alçada dos tribunais – mais uma vez numa clara violação das garantias de proteção que os inquilinos têm de ter.

Recentemente o NRAU foi alterado, estendendo o prazo transitório para famílias com menores rendimentos e mais idosas. Com esta alteração avançou-se na proteção da população mais vulnerável de despejo. No entanto é necessário proceder a uma maior alteração a esta lei, processo mais urgente pelo facto de que o período transitório terminará em 2020.

A Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida em 27 de abril de 2018, delibera:

1. Reafirmar a urgência de mudanças legislativas que protejam devidamente os inquilinos e impeçam processos de gentrificação como os que estamos a assistir em Lisboa, nomeadamente quanto à saída forçada das populações com menos rendimentos e ao fecho do pequeno comércio;
2. Sublinhar igualmente a urgência de medidas imediatas no sentido de parar os despejos, nomeadamente através da revogação do balcão de arrendamento, destinado a agilizar os despejos;
3. Estabelecer medidas que garantam uma maior estabilidade dos contratos e a limitação do aumento das rendas progressivo e com teto máximo;

Sendo aprovada, esta moção será enviada ao Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-ministro, à Secretária de Estado da Habitação, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, assim como à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Lisboa.

A representante do Bloco de Esquerda, Isabel Ventura

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)**, que apresentou a seguinte Moção: -----

-----MOÇÃO-----

NOVO CENTRO DE SAÚDE DE MARVILA

A 14 de março de 2017, em vésperas de eleições autárquicas, o PS da CML e o PS do Governo, juntaram-se para anunciar a construção de catorze (14) novos centros de saúde para servir a Cidade de Lisboa.

Os novos centros de saúde, construídos essencialmente em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML), iriam, numa primeira fase, substituir os que se encontravam com sinais de maior degradação das infraestruturas.

Assim, planeou-se a construção de 14 novos centros de saúde, a saber: as Unidades de Saúde (US) Alta Lisboa-Norte (freguesia de Santa Clara), a US Telheiras (Lumiar), US Alcântara (Alcântara), US Ajuda (Ajuda), US Restelo (Belém), US Alto dos Moinhos (São Domingos de Benfica), US Fonte Nova (Benfica), US Marvila (Marvila), US Campo de Ourique (Campo de Ourique), US Areeiro (Areeiro), US Arroios (Arroios), US Beato (Beato), US Sapadores-Graça (Penha de França) e US Parque das Nações (Parque das Nações).

Era uma visão ambiciosa, que se traduzia claramente nas palavras do Presidente de Câmara, Fernando Medina: *“Fazemos este investimento porque podemos”*. De acordo com



o que foi na altura anunciado, as obras começariam até ao final de 2017 e estariam todos concluídos em 2020.

Não esquecemos igualmente o enorme entusiasmo e confiança que o ministro trouxe para este projeto, dizendo mesmo que, este programa, com acordo até 2020, era um exemplo da *“virtude de uma nova geração de parcerias públicas”*.

Ora, o PSD veio na altura criticar o que aparentava ser um anúncio eleitoralista, que teria como único propósito criar uma falsa expectativa junto dos Lisboaetas, procurando assim conquistar a confiança destes com base única e exclusivamente em mais um pedaço de papel cheio de promessas em vésperas de eleições.

Porém, passado mais de um ano, não podemos deixar de salientar que, não obstante nada ter sido anunciado publicamente, as condições do atual centro de saúde de Marvila não correspondem às necessidades de um equipamento com esta natureza, para além das condições de acesso muito limitadas para todos os utentes.

Assim, o PSD de Marvila propõe que a Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida no dia 27 de abril de 2018, delibere:

- Solicitar ao executivo da Junta de Freguesia de Marvila que diligencie junto das entidades competentes o ponto de situação do projeto do novo centro de saúde de Marvila;
- Enviar esta moção para o Governo, para o Ministério da Saúde, para Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e aos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa.

O PSD na Assembleia de Freguesia de Marvila

---De seguida a eleita do PSD, Sr.^a D. Amélia Cabaço, no uso da palavra leu a seguinte moção que aqui se transcreve: -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

Abertura do Metropolitano de Lisboa em Marvila, nos grandes eventos culturais de Lisboa.

«Considerando que:

1. A freguesia de Marvila é uma das freguesias com mais habitantes da cidade de Lisboa;
2. O Metropolitano de Lisboa deve tratar todos os lisboetas de forma igual;
3. As iniciativas culturais da Câmara Municipal de Lisboa são importantes para todos residentes da cidade;
4. O transporte público, CARRIS e METRO, deve ser assegurado nas grandes iniciativas culturais da cidade de Lisboa.

O PSD de Marvila solicita ao executivo da Junta de Freguesia de Marvila para que proceda junto da Administração do Metropolitano de Lisboa, para a abertura de uma das duas estações do Metropolitano existentes em Marvila, nas grandes iniciativas culturais da cidade de Lisboa, como são o caso dos santos populares em junho e na passagem de ano em janeiro.

O PSD de Marvila»

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, agradecendo a intervenção, deu a palavra ao Sr. Rogério Mota. -----

---O **Sr. Rogério Mota (PCP)**, no uso da palavra, apresentou os seguintes requerimentos que aqui se transcrevem: -----

-----REQUERIMENTO Nº 1-----

---«Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marvila



Em recente visita à Escola EB1 dos Lóios com os nossos Vereadores na CML, os eleitos do PCP/CDU tiveram oportunidade de verificar, observar e conhecer uma situação pouco clara e preocupante nessa escola.

A Junta não fez a recepção da obra da escola, o que tem impedido as intervenções e reparações, porque ninguém se responsabiliza por esse facto.

Existem situações na escola de alguma gravidade, que exigem uma atenção urgente, de que destacamos entre outras:

- salas sem eletricidade e disjuntores em curto-circuito
- anomalias e perigos no quadro da cozinha
- caldeira com rutura
- lavatórios do refeitório não funcionam devido ao deficiente escoamento da água
- ausência de internet
- falta de tela e projetor na Biblioteca
- desadequação das marcações e ausência de equipamentos no ginásio
- inexistência de Plano de emergência aprovado.

1.-Assim e para além da posição já assumida na CML, os eleitos do PCP/CDU na Assembleia de Freguesia gostariam de solicitar ao Executivo da Junta informação sobre qual a intervenção e acção da Junta nesta situação.

2.-Perguntar se podem garantir que estas anomalias e problemas detectados são resolvidos neste final de ano escolar, de modo a garantir condições efectivas de trabalho na abertura do ano lectivo de 2018/19.

Os eleitos PCP/CDU na Assembleia de Freguesia»

-----**REQUERIMENTO Nº 2**-----

---«Os eleitos do PCP/CDU na Assembleia de Freguesia em anterior mandato levantaram, mais do que uma vez a situação da EB1 Agostinho da Silva.

Já no início deste mandato e ao abrigo do estatuto da oposição retomámos a questão.

Constatamos hoje que passado já algum tempo, não foram bem-sucedidas essas nossas solicitações no intuito de saber o que efetivamente se passa com a situação das obras da Escola.

Assim gostaríamos de requerer que o Executivo nos sejam dadas as informações precisas e necessárias relativas ao cabal esclarecimento da situação e à verdadeira realidade em que se encontram as obras da referida escola, nomeadamente:

- Quando se prevê o seu início e conclusão?
- Qual o projeto final que se encontra aprovado?
- Que valências estão previstas funcionarem?

Os eleitos do PCP/CDU na Assembleia de Freguesia de Marvila»

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)**, que no uso da palavra, apresentou a moção que a seguir se transcreve: -----

-----**MOÇÃO Nº 1**-----

Transferência de Competências

«1º Considerando que sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo em conluio com o PSD, preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais.



2º Considerando que, para definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planejar os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários, são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.

3º Considerando que, o processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva e verdadeira descentralização que é urgente resolver.

4º Considerando que, escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, permanece a mesma afirmação em todas as situações: ou seja que do processo não pode resultar aumento da despesa pública.

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas.

5º Considerando que, longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática o tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento das aspirações dos Cidadãos, para o poder local.

6º Considerando que, a solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

7º Considerando que, novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, e exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Assim como exigem ainda a reposição das freguesias extintas.

8º Considerando que, a experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face ao exposto e tendo em conta os projetos de diploma que o governo tem na forja e já anunciados que visam transferir competências para as autarquias locais, sem que tenha em conta uma verdadeira política descentralizadora para o poder Local democrático acompanhado dos respetivos meios financeiros, técnicos e humanos, a Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida em Sessão Ordinária dia 27 de Abril 2018, delibera:

- Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-



regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.

- Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, e uma verdadeira reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.

- Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.

- Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local

- Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.

Uma vez aprovada, que esta moção seja enviada para os Grupos Parlamentares, na Assembleia da República, e para o Senhor 1º Ministro

Pelos eleitos do PCP»

--- Disse ainda que, relativamente às recomendações apresentadas, a sua bancada irá votar a seu favor, salientando a moção referente à Casa do Concelho de Castro D'Aire, dizendo que ciclicamente a Câmara Municipal de Lisboa tenta despejar esta instituição, sendo já esta a terceira ou quarta tentativa de o fazerem, salientando que a Junta de Freguesia sempre se tem oposto relativamente a isso. Frisou que esta instituição é muito importante na freguesia, desenvolvendo uma atividade muito rica, não considerando que as justificações para o seu despejo sejam coerentes ou corretas. Relativamente à recomendação e à moção do PSD disse também que a sua bancada votaria a favor relativamente às mesmas, frisando a necessidade de um centro de saúde construído de raiz.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à eleita do **PCP, Sr.ª D. Constança Alves** que apresentou a moção que aqui se transcreve: -----

-----**MOÇÃO Nº 2**-----

Dia Internacional dos Trabalhadores

«Há 132 anos, centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores. Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Mais que assinalar uma data, ou um episódio histórico congelado no passado, relembrar o 1.º de Maio é assumir em pleno a validade das reivindicações dos trabalhadores,



sobretudo numa altura em que assistimos a uma crescente desumanização do mundo do trabalho, por via da desregulação das relações laborais.

O direito a um horário de trabalho, “ao repouso e aos lazeres”, nos termos da Constituição República Portuguesa é sistematicamente subvertido, por via da criação de “bancos de horas”, ou pelo trabalho prestado a título suplementar e que não é remunerado nesses termos.

A generalização dos vínculos laborais precários e a aplicação do princípio dos baixos salários, que fomentam a incerteza quanto ao futuro e atentam contra a subsistência e dignidade dos trabalhadores, têm como primado o lucro e não a humanização do mercado de trabalho, num retrocesso histórico, em que a exploração assume novos formatos, mas sempre os mesmos conteúdos.

Um país de baixos salários, que desvaloriza direitos, liberdades e garantias, que atenta contra a dignidade de quem trabalha compromete, *a priori*, o seu desenvolvimento.

Urge reclamar empregos com direitos! Urge combater a precariedade e agir firmemente contra a desregulação e desumanização do mercado de trabalho e, sobretudo, no espírito do primeiro 1º de Maio, dar eco às reivindicações dos trabalhadores portugueses dos diversos sectores de atividade.

Os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Marvila, na sua sessão de 27 de Abril de 2018, delibere:

1. Saudar os trabalhadores portugueses e manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida na defesa dos seus direitos e de melhores condições de vida.
2. Apelar e mobilizar as populações em geral e a juventude, para que façam do dia 1 de Maio, com os trabalhadores, os seus sindicatos e em particular com a sua central de classe a CGTP-IN uma grande jornada de luta e acção de exigência pela mudança de que o País precisa, pela defesa dos valores de Abril e pela afirmação de um Portugal, de progresso, livre, soberano e desenvolvido.
3. Enviar esta Moção: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-ministro, CGTP – IN, UGT

Os Eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Marvila»

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu em seguida a palavra à **Sr.ª Isabel Ventura (BE)** que, no uso da palavra, apresentou uma moção fazendo a seguinte intervenção: -----

--- «Era minha intenção fazer uma saudação ao 8 de março e à luta das mulheres pela sua emancipação no nosso país e no mundo. Mas resolvi incorporar essa saudação neste voto de pesar. Nele, está a luta das mulheres pelos seus direitos como fazendo parte integrante da luta dos povos por uma vida digna.

No dia em que esta Assembleia comemora o 25 de abril e em que relembramos que as mulheres, no fascismo, não tinham direito a voto para as eleições autárquicas, não podemos esquecer o que se passa no Brasil. O golpe de estado encabeçado por Temer está a minar a democracia e o que resta de uma vida melhor para camadas largas da população que viviam em condições de miséria extrema.»

-----**VOTO**-----

PESAR E CONDENAÇÃO PELA MORTE DE MARIELLE FRANCO E ANDERSON PEDRO GOMES

“O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa de estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada”. Estas foram algumas das últimas palavras proferidas de Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade na



cidade brasileira do Rio de Janeiro, mulher, negra, lésbica, ativista, defensora intransigente dos Direitos Humanos e autointitulada “cria da favela da Maré” que foi brutalmente assassinada a tiro na passada quarta-feira, dia 14 de março, no Brasil, à saída de uma sessão pública sobre o empobrecimento das mulheres negras. Consigo estavam Anderson Pedro Gomes, motorista do veículo, que também foi baleado e acabou por morrer, e a assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu ao ataque. Segundo as primeiras informações da polícia, os homicidas encontravam-se num carro que parou ao lado do veículo da vereadora, tendo fugido após a execução. Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça. É preciso investigar e castigar os assassinos. Marielle Franco era relatora da comissão de acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e nos últimos dias tinha denunciado o assassinato de jovens negros pela Polícia Militar do estado.

Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com mais de 46 mil votos na sua primeira disputa eleitoral. Socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e crítica da recente ocupação de vastas áreas urbanas pela intervenção militar do governo federal no Rio de Janeiro, Marielle Franco empenhou-se na luta pelos direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias, e na denúncia da violência policial.

A Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida em 27 de abril de 2018, delibera:

Manifestar o seu pesar pelo assassinato de Marielle Franco e de Anderson Pedro Gomes; Transmitir condolências aos seus familiares, PSOL, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na pessoa do seu Presidente, e ao povo brasileiro;

Expressar veemente condenação pela violência e pelos crimes políticos e de ódio que aumentam de dia para dia no Brasil;

A representante do Bloco de Esquerda,
Isabel Ventura

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra à Sr.^a D. Luisa Costa Gomes.

---No uso da palavra, a **Sr.^a D. Luísa Costa Gomes (PS)**, referiu que, relativamente ao voto de pesar apresentado pelo BE disse que a sua bancada votaria a favor e que se juntava à indignação e ao voto de pesar face ao acontecido. Referindo a moção apresentada pelo BE que refere a iminência de despejos, votarão contra, não pela substância mas por considerarem extemporâneo dado que foram apresentadas propostas de previdência legislativas que vão no sentido do que esta moção apresenta. Salientando a moção do CDS que se refere à Casa do Concelho de Castro D'Aire disse estarem de acordo com a mesma considerando que o Executivo da Junta já terá tomado diligências e que esta moção será um reforço na ajuda das mesmas. Passando à recomendação do CDS referente à rua Pardal Monteiro, disse que também terá o voto favorável da bancada do PS. Relativamente à recomendação do CDS que refere a promoção dos meios de comunicação da junta de freguesia, a sua bancada concorda com



uma maior divulgação das Assembleias de Freguesia mas em relação ao restante não poderão votar a favor. Referindo-se à moção do PSD relativa ao Centro de Saúde de Marvila, consideram que o mesmo está há muitos anos em instalações que não são próprias, com muitas dificuldades de acesso que não respondem às necessidades da população, mas entendem que um planeamento de um parque de saúde em Marvila, levará também isso em consideração. Pede também explicações relativamente à recomendação relativa ao Metropolitano. Considerando a moção do PCP relativa ao Dia do Trabalhador, disse ser claro que a sua bancada votaria a favor, mas referindo a moção sobre a transferência de competências disse não o poderem fazer dado que apesar de ser uma moção considera ser também um processo de intenções, embora haja alguns considerandos com que estão de acordo, não serão todos e não votarão a favor.-----

--- A eleita **Sr.ª D. Amélia Cabaço (PSD)** deu os esclarecimentos solicitados pela eleita do PS, Sr.ª D. Luísa Costa Gomes, dizendo que todos gostam de festejar na época dos santos populares e os fregueses de Marvila deveriam ter essa possibilidade, sabendo que a circulação do Metro na freguesia poderia realizar-se até mais tarde nesta altura precisa.-----

---A eleita do BE, **Sr.ª D. Isabel Ventura**, solicitou também a palavra para prestar um esclarecimento relativo à sua moção referente aos despejos, frisando que estão a acontecer vários despejos em Marvila, e embora saiba que foram tomadas algumas providências em relação aos casos mais prementes. Mas considerou que uma revisão da Lei de Arrendamento irá demorar muito tempo a nível burocrático e todos os dias são despejadas pessoas. Assim sendo considera ter todo o sentido a moção apresentada.-----

---Não havendo mais intervenções o Sr. presidente da Assembleia passou à votação das moções apresentadas.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então à votação dos documentos, sendo os mesmos votados, tendo sido dispensada a sua leitura.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** pôs à votação o Voto de **Saudação ao 25 de Abril** apresentado pelo **CDS-PP**, o qual foi **aprovado por unanimidade**.-----

---Foi de seguida posto à votação o Voto de Pesar e Condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes, apresentado pelo Bloco de Esquerda, o qual foi **aprovado por unanimidade**.-----

---Foi depois posta à votação a Recomendação «Promoção dos Meios de Comunicação da Junta de Freguesia de Marvila e divulgação das Assembleias de Freguesia» apresentada pelo **CDS-PP**, a qual foi **rejeitada, com os votos contra do PS**.-----

---De seguida foi posta à votação a Recomendação «Requalificação do espaço público da Rua Pardal Monteiro e Av. Sto. Condestável», apresentada pelo **CDS-PP**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

---Foi depois posta à votação a Recomendação «Pela continuidade do trabalho desenvolvido pela Casa do Concelho de Castro D'Aire», apresentada pelo **CDS-PP**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

---Foi seguidamente colocada à votação a Recomendação «Abertura do Metropolitano de Lisboa em Marvila, nos grandes eventos culturais de Lisboa», apresentado pelo **PSD**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

---Foi depois colocada à votação a moção «Pela adoção de medidas de emergência face à iminência de expulsão de residentes na freguesia de Marvila», apresentada pelo **Bloco de Esquerda**, a qual foi **aprovada com o voto contra do CDS-PP e a abstenção do PS**.-----



De seguida foi submetida à votação a moção «Novo Centro de Saúde de Marvila, apresentado pelo **PSD**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

---Foi de seguida posta à votação a moção «Transferência de Competências», apresentada pelo PCP, a qual foi **rejeitada com os votos contra do PMMI e do PS e as abstenções do CDS, do PSD e do BE**.-----

---Foi também colocada à votação a moção «Dia Internacional dos Trabalhadores», apresentada pelo **PCP**, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

--- Dando por terminado o período antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia**, deu início ao período da ordem do dia com um pedido chegado à mesa pelo Executivo da Junta de Freguesia, para alteração da ordem de trabalhos, passando os pontos 2, 3 e 4 para o final da mesma, tendo a Assembleia concordado com a alteração proposta.-----

---Passando ao **ponto 1** da ordem de trabalhos, **Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia**, o Sr. Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia, efetuou as suas reuniões de trabalho, tendo elaborado a proposta do Novo Regimento da Assembleia de Freguesia, no qual disse que haverá algumas alterações a fazer, não a nível substancial mas de correções relativas ao acordo ortográfico. -----

Informou que houve consenso na comissão que elaborou o novo Regimento, colocando à discussão a sua análise.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** propôs fazer a votação do documento apresentado, salientando que a alteração do tempo de entrega dos documentos do PAOD – de 24 h para 48 horas – será introduzido no documento.-----

---O eleito do PCP, **Sr. António Pereira**, no uso da palavra, confirmou que embora o assunto em questão não esteja inserido no documento, foi consensualizado por todos, em sede de comissão, que toda a documentação para ser discutida no período antes da ordem do dia (PAOD), deverá ser entregue 48 horas antes da Assembleia para que os mesmos possam ser fotocopiados e enviados para as outras bancadas atempadamente.---

---O **Sr. Luis Castro** (PSD), no uso da palavra disse congratular-se por todas as forças políticas terem tido parte ativa na elaboração do novo documento apresentado, assim como agradeceu a colaboração das funcionárias da Junta de Freguesia relativamente ao trabalho administrativo realizado e necessário para os trabalhos realizados.-----

---O **Sr. Pedro Monteiro**, no uso da palavra, agradeceu o momento musical alusivo ao 25 de Abril, proporcionado pela Associação de Reformados do Bairro do Condado. Referindo-se à aprovação do novo regimento da Assembleia de Freguesia, declarou não ver nada a opor a sua aprovação. Agradeceu a todos a participação na elaboração do documento apresentado.-----

---O **Sr. Manuel Saraiva**, no uso da palavra disse que foi demonstrado ser possível estar de acordo apesar das diferenças e que, mesmo não estando de acordo em tudo, se consegue chegar a um acordo que contemple e facilite o trabalho a ser realizado na Assembleia de Freguesia. Chamou também à atenção para pequenos lapsos existentes no documento que serão corrigidos atempadamente. Agradeceu também a participação de todos na elaboração do documento.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta do novo Regimento da Assembleia de Freguesia.-----

---Após a votação, a proposta **foi aprovada por unanimidade**.-----



---O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que o novo Regimento da Assembleia de Freguesia estará em vigor na Assembleia de junho. Agradeceu também o empenho e o esforço de todos os participantes na Comissão de revisão, bem como agradeceu o trabalho dos colaboradores da Junta de Freguesia que dão apoio à Assembleia, assim como da Junta de Freguesia.-----

---Dando seguimento à ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao ponto 2 da ordem de trabalhos (anterior ponto 5), **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia**, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para poder apresentar a mesma.-----

---Tomando a palavra o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia** fez a seguinte intervenção:-----

---«Muito boa noite a todos, uma saudação muito especial ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e aos restantes membros da Assembleia de Freguesia, e felicitá-los pelos brilhantes discursos que fizeram hoje alusivos ao 25 de Abril, um particular agradecimento neste dia pela presença do público e convidá-los também a estarem presentes no dia 4 de maio, na reunião que dará continuidade a esta sessão da Assembleia de freguesia.

Relativamente à Informação Escrita, eu gostaria de destacar de uma forma muito sucinta e rápida dez situações: a primeira tem a ver com o atendimento por parte da Junta de Freguesia à população que foi antecipado com a abertura das suas instalações para as oito e meia da manhã, de forma a servir melhor a população, em particular aquelas pessoas que precisam tratar de assuntos antes de seguirem para outras obrigações do seu cotidiano; o segundo, uma nota relativamente ao processo de regularização extraordinária dos vínculos precários que prevemos que estejam concluídos ainda no final do mês de maio; a terceira nota referente a um reforço que tem sido contínuo relativamente ao Fundo de Emergência Social e que, neste período de 90 dias, conseguimos realizar 45 apoios, o que dá um apoio de dois em dois dias; um quarto ponto a salientar é uma colaboração de uma exposição notável das crianças das escolas básicas Dr. João dos Santos e Prof. Agostinho da Silva, nas instalações da Junta de freguesia alusiva ao 59º aniversário da Freguesia de Marvila, e saliento isto porque é importantes que as novas gerações tenham o contato logo desde a tenra idade com a sua freguesia, com o seu território e que conheçam muito bem aquilo que é os serviços prestados nesta freguesia; em quinto lugar queria dar conta de uma participação ativa e permanente com muita regularidade do Conselho Educativo de Marvila, tendo feito já cerca de três reuniões até este período, participou também ativamente no desfile de Carnaval que foi um sucesso por parte das nossas instituições e associações; queria ainda em sexto lugar salientar a representação efetiva que estamos a restabelecer na presença da Junta de Freguesia nos Grupos Comunitários, em particular no novo Grupo Comunitário do Bairro do Condado que estamos a criar e também pela primeira vez temos um olhar de fazermos um Grupo Comunitário na zona de Marvila Histórica que fez já a sua primeira reunião preparatória; queria salientar ainda o apoio e a forte aposta no desporto escolar, o aumento da nossa presença nas Olisipiadas que é fruto também da aposta que estamos a fazer na participação e fomento desportivo nas nossas escolas e também salientar a criação do Conselho Desportivo que teve já duas sessões e que amavelmente por parte da Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras e o Grupo Desportivo de Chelas e terá a sua terceira sessão na próxima quarta-feira em



termos do Conselho Desportivo; queria por último destacar o sucesso que foi feito relativamente às comemorações alusivas ao Dia da Mulher que foi este ano celebrado de uma forma diferente através de vários dias alusivos a uma semana da Mulher e que decorreu com muito agrado por parte da população. Deixava ainda em aberto dois temas que não constam da informação escrita mas que de uma maneira muito sucinta gostaria de responder dado que foram questionados, no ponto anterior das moções e recomendações. Tem a ver com a questão da Casa do Concelho de Castro D'Aire e com a questão das escolas dos Lóios e Prof. Agostinho da Silva e ainda uma terceira questão que se prende com a deslocalização do BPI do Bairro do Condado para os Olivais.

Se me permitem diria o seguinte sobre a Casa do Concelho de Castro D'Aire: A Casa do Concelho de Castro D'Aire é uma das maiores instituições da Freguesia, simbolicamente representa praticamente cerca de 30% das pessoas que vivem em Marvila têm as suas origens nesse conselho ou em concelhos limítrofes ao Concelho de Castro D'Aire. Fomos surpreendidos por uma decisão que foi alheia à junta e foi da exclusive responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, num despacho do Sr. vereador Manuel Salgado no dia 9 de março. De imediato solicitámos em conjunto com a Casa do Concelho de Castro D'Aire uma reunião com o departamento municipal que trata do património no sentido de ser suspenso o processo que levaria ao despejo da Casa do Concelho de Castro D'Aire. O processo foi suspenso e foi combinado e articulado com a Casa do Concelho de Castro D'Aire o envio de um ofício conjunto salientando a importância da casa do Concelho de Castro D'Aire para a nossa freguesia e a sua permanência no nosso território dessas instalações; sendo necessário a utilização daquelas instalações que se procurasse um equipamento alternativo, mas diria que a posição mais desejável é aquela que o Sr. António Pereira também já expressou e que é também o nosso maior entendimento que é o da permanência da Casa do Concelho de Castro D'Aire nas atuais instalações se assim for possível. E fazemos porque também não compreendemos porque é que há uma ansiedade na criação de um estabelecimento para a primeira infância sendo certo tal como aqui foi referido que o Externato Mário Madeira fechou há uns anos as suas portas e temos nas zonas envolventes duas respostas quase idênticas por parte da Associação Ester Janz e do Colégio Cesário Verde. Também relativamente às escolas dos Lóios e Prof. Agostinho da Silva, queria felicitar o PCP pelo seu requerimento e dizer que há de facto da Junta de Freguesia de Marvila um distanciamento daquilo que são as competências da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, nós recebemos uma pesada herança relativamente ao estado das nossas instalações escolares e relativamente àquilo que são as nossas obrigações por parte desta junta de freguesia. Obviamente em articulação com a Direção da escola, com a Direção do Agrupamento e com a Associação de Pais, temos dado as respostas que são da competência da Junta de Freguesia. Ainda este fim-de-semana demos resposta relativamente ao calçetamento do recreio da entrada da escola e relativamente a todas as questões elencadas no requerimento, aquelas que são da competência da Junta de freguesia tem sido dada uma resposta positiva. Há uma situação que devo dizer que vamos arriscar pois não podemos pôr em risco as crianças e que tem a ver com as informações que recebemos mais uma vez relativamente à falência do empreiteiro, não estando garantidas as condições relativamente às instalações elétricas através das infiltrações que ocorrem do telhado. A Junta de Freguesia abriu um procedimento e está em condições na próxima semana de proceder à reparação, embora não ser uma competência da Junta de Freguesia, mas estão em causa as nossas crianças



indo portanto fazê-lo e tentar minimizar o incómodo que está naquela questão. Por outro lado, quero salientar que o Sr. Vereador Ricardo Robles, agendou para a próxima quinta feira dia 03 de maio, uma visita conjunta às instalações da escola dos Lóios sendo que nós já reforçámos a posição da Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal de Lisboa, que a CML tem que assumir as suas obrigações porque o que está ali em causa não são competências da junta de freguesia de Marvila, mas sim competências efetivas da Câmara Municipal de Lisboa que tem que dar resposta a essas preocupações bem expressas no requerimento. Relativamente à escola Prof. Agostinho da Silva, nós temos acompanhado a situação, a última questão e a última informação que nos foi prestada, é que o assunto está nesta altura, por parte da CML, sujeita a questões colocadas pelo Tribunal de Contas, às quais a CML responderia até final do mês e aguardamos que o início das obras da escola Prof. Agostinho da Silva, segundo informações que nos foram prestadas se iniciem no segundo semestre de 2018.

Por último, relativamente às caixas de Multibanco e ao encerramento do BPI no Bairro do Condado, nós fomos surpreendidos, em meados de março, com uma comunicação por parte do BPI, que nos informou que iria deslocar as suas instalações para os Olivais. Nós de imediato oficiámos o BPI e a sua administração no sentido de manter as atuais instalações, ou não sendo possível manter em funcionamento as caixas de Multibanco em serviço à população. Não houve nenhuma resposta positiva às diligências da Junta de Freguesia, o que é surpreendente porque aquilo que sabemos e das reuniões que tivemos foi uma opção estratégica de mercado. Temos que recordar que hoje em dia o BPI já não é detido por capital nacional, é detido pelo capital espanhol. Foi uma opção estranha porque, segundo as informações, o movimento das caixas era muito significativo, a nível de localização também era considerável em termos de estratégia comercial, sendo muito estranho esta deslocalização. Neste momento estamos a utilizar duas entidades bancárias, o BPI e o Novo Banco, no sentido de se proceder à instalação de caixas ATM no bairro do Condado e também em alguns outros pontos da freguesia que têm realmente um défice em relação à oferta desses equipamentos, entre eles a zona histórica de Marvila e a zona envolvente ao bairro da Quinta Marquês de Abrantes, onde também está a ser estudada por parte do Novo Banco a implantação de uma caixa ATM na Biblioteca de Marvila. Há também dois comerciantes que estão a encetar negociações com estas entidades bancárias no sentido de se conseguir a instalação destes equipamentos nas suas instalações.-----

---Agradecendo a intervenção do Sr. Presidente da Junta, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao eleito Sr. António Pereira.-----

---No uso da palavra, o **Sr. António pereira (PCP)** disse que foi com toda a atenção que a Informação escrita do Sr. Presidente da Junta foi lida e numa apreciação geral o que vê é que há alguns pelouros com informação muito pormenorizada e que outros têm uma informação quase nula ou muito sintética. Saudou as medidas que estão a ser tomadas no pelouro da Administração e Funcionamento para a erradicação do trabalho precário na Junta de Freguesia, sendo isso muito positivo para os trabalhadores, questionando se estão abrangidos todos os trabalhadores que estão em situação precária. Disse congratular-se com a criação no pelouro dos Espaços Verdes de uma equipa de intervenção rápida, tal como o seu partido tinha sugerido, ao abrigo do estatuto da oposição. Pediu informação de quantos elementos era composta essa equipa e quais os meios à sua disposição para poderem efetuar o trabalho. Sugeriu também a criação de



outras equipas com a mesma estrutura que esta para poderem também intervir a nível de outros pelouros, como o Espaço Público, no Mobiliário Urbano, na Habitação, etc., ou então reforçar esta equipa e alargar o âmbito da sua ação, salientando estar certo de que a Junta de freguesia pouparia muito dinheiro nestas intervenções rápidas, havendo uma rápida resolução quando os problemas surgem. Falando das intervenções realizadas no espaço Público, a nível das calçadas, colocação de pilaretes, papelarias, e outros, chamou à atenção para pilaretes decepados no Largo das Roseiras, outros inclinados permanentemente, e disse ser assim um pouco por todos os bairros da freguesia, salientando que existem também bancos de jardim com ripas partidas ou mesmo sem ripas, como por exemplo os bancos semidestruídos na rua Manuel Caetano de Sousa. Outros junto ao Lar Evangélico na rua Eng^o Cunha Leal, que se encontram sem ripas há mais de três anos. Também chamou à atenção para a sinalética onde na freguesia existem sinais sem cor completamente “comidos” pelo sol e outros virados na direção contrária, o que os torna ineficazes na sua função. Falando do pelouro da Ação Social, verificando os números atendidos no referido período – 157 – e na informação dos fregueses que faltaram ao atendimento – 37 – sugeriu que o pelouro tentasse verificar e saber quais as causas de tantas falhas na presença dos utentes. No âmbito do acompanhamento social informou, frisando que esta informação já tinha sido reportada à Junta de freguesia, que na rua Eng^o Cunha Leal há um cidadão que sofre de diversas perturbações psíquicas e mentais, tendo já poucos momentos de lucidez. Disse que o cidadão em questão vive sozinho, leva para casa todo o tipo de lixo, não tem hábitos de limpeza, salientando que o sujeito em questão precisava de ter um acompanhamento permanente ou pelo menos de se proceder a uma ação de limpeza e higienização da sua habitação uma vez por mês e outros tipos de ajuda, frisando ser importante esse acompanhamento. Referindo-se à Comissão Social da Freguesia, questionou em que eixo a Junta de Freguesia não está representada dado que na informação se diz que está representada em quatro eixos, questionando qual o quinto. Pediu também esclarecimento se as aulas de informática estão em funcionamento pois na informação dada à assembleia isso não está explícito. Relativamente à Higiene Urbana, salientou que a lavagem do mercado do Condado é realizada num espaço temporal demasiado longo – uma vez por mês – dizendo que, na sua opinião deveria ser feito pelo menos de quinze em quinze dias. Relativamente à participação de ocorrências na via pública à Câmara Municipal de Lisboa no que diz respeito à iluminação pública, disse existir uma situação que considera grave que se prende com a existência de quatro candeeiros cujo os globos estão escondidos na rama dos pinheiros e dos ciprestes do parque da Bela Vista, sendo com a vinda do calor um risco para incêndios nos ramos das ditas árvores. Sugeriu também que os eleitos da Junta de Freguesia fossem visitar esses locais e, em particular, o lago do Parque da Bela Vista que se encontra totalmente conspurcado de todo o tipo de lixos que põem também em risco a vida animal existente nesse lago, bem como também nessa zona existe uma churrascaria também ela sempre cheia de lixo e um parque de jogos em terra batida, que com as chuvas se viu inundada de água parecendo uma piscina, dizendo que esse espaço necessita de manutenção. Relativamente ao pelouro do Desporto, questionou se o Regimento do Conselho Desportivo de Marvila não deveria ter sido dado a conhecer à Assembleia de Freguesia bem como quais os trâmites da constituição desse Conselho Desportivo. Sugeriu também que a Junta de Freguesia envolvesse a Assembleia de Freguesia na constituição destes conselhos que estão a ser criados ou no mínimo manter



a Assembleia informada sobre as intenções de criação destes órgãos. Relativamente à informação do estado dos parques infantis da freguesia, espera que sejam tomadas medidas para a sua manutenção para garantir o bom uso por parte das crianças que os frequentam. Voltou a frisar a necessidade de ser criada uma equipa de intervenção rápida para o espaço público com mão de obra especializada também para estes tipos de arranjos. Sobre a atividade jurídica/contencioso, relativamente à denúncia feita à IGF referente a dois procedimentos de contratação de trabalhadores em regime de prestação de serviços perguntando se o processo foi esclarecido e encerrado ou se continua em apreciação e investigação. Relativamente aos apoios questionou também porque é que a Junta de Freguesia não criou mais contratos programa com outras instituições dado existirem muitas mais na freguesia.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, agradecendo a intervenção, deu de seguida a palavra ao eleito, Sr. Luis Castro.-----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)**, no uso da palavra, parabenizou o Executivo pelo trabalho executado ao longo destes três meses e que está refletido na Informação Escrita, referindo que, numa primeira leitura, existe uma grande disparidade na descrição dos pelouros parecendo que alguns funcionam a todo o vapor e outros apenas a meio gás. Relativamente à Administração e Funcionamento, referindo-se à alteração do horário de funcionamento da Junta, questionou o porquê do horário da tesouraria não corresponder ao horário de atendimento considerando importante que os dois fossem iguais. Falou também da importância da Junta de Freguesia ter um funcionamento de Multibanco. Pediu também esclarecimento sobre as obras que decorrem já há quase um ano na Av. João Paulo II e também na Av. Augusto Castro, pretendendo saber quais os motivos de tanta demora. Salientou a importância da Assembleia de Freguesia participar nos Conselhos de Marvila, Desportivo, Jovem, etc., que estão a ser criados, sendo assim a informação do trabalho das mesmas ser passado com mais clareza salientando a transparência de comunicação. Relativamente aos apoios concedidos salienta o fato de ser apresentado à Assembleia de Freguesia um ato consumado quando deveria ser apresentado uma proposta para este órgão deliberativo aprovar. Disse achar estranho tantos apoios pontuais sendo alguns de valores bem consideráveis, na ordem dos vinte e cinco mil euros quando, na sua opinião, apoios pontuais deveriam ser coisas de pouca monta, embora considere que o mais importante acima de tudo é que se faça um bom trabalho com a comunidade.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao Sr. António Alves, eleito do PMMI.-----

---O **Sr. António Alves**, no uso da palavra disse ser importante na Educação, os Jardins de Infância poderem abrir mais cedo para que os pais das crianças pudessem ser facilitados a nível de horários para os pais poderem deixar os seus filhos mais cedo. Chamou a atenção que no mapa apresentado dos resumos de caixa deveria constar o fluxo de tesouraria.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra para a eleita Sr.^a D. Isabel Ventura.-----

---A **Sr.^a D. Isabel Ventura (BE)**, no uso da palavra, disse congratular-se pela regularização extraordinária de vínculos precários para 21 trabalhadores até ao final do mês de maio. Relativamente ao aumento do número de trabalhadores na equipa de jardinagem questionou quantos serão e qual será o vínculo dos mesmos. Referindo-se à



adjudicação de trabalhos de jardinagem a empresas externas questionou a razão dado que o Sr. presidente da Junta numa conversa, lhe tinha dito que gostaria de não adjudicar trabalhos destes fora dando preferência a que esse trabalho fosse feito com os trabalhadores da freguesia. Referindo-se à Ação Social considera que continua a haver um número reduzido de pessoas que recorrem aos apoios. Sugeriu que talvez a divulgação sobre estes apoios deveria ser mais aberta pois existem muitas pessoas na freguesia que têm muitas carências e que necessitam de ajuda. Relativamente às obras na escola básica prof. Agostinho da Silva finalmente vão começar e isso também que no ano lectivo 2018/2019 ainda não haverá escola. Relativamente à revista Marvila, na sua opinião, considera que a mesma deveria ter uma participação de todas as forças representadas na Assembleia de freguesia, senão é uma revista do PS. Disse que deveria haver um acesso dos cidadãos e dos partidos a participar na revista havendo assim uma participação mais ativa.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** agradecendo a intervenção deu de seguida a palavra à Sr.^a D. Luísa Costa Gomes.-----

--- A **Sr.^a D. Luísa Costa Gomes**, no uso da palavra, felicitou o Executivo da junta de freguesia pelo trabalho realizado até este momento e que mostra uma melhoria do trabalho prestado aos cidadãos. Disse congratular-se especialmente pela regularização extraordinária dos vínculos precários assim como também queria felicitar a criação da brigada de intervenção rápida que julga extensiva a todo o espaço público e não só ao espaço verde. Diz haver uma área que lhe pareceria interessante haver um planeamento da Junta de Freguesia e que tem a ver com as áreas expectantes da freguesia. Parece-lhe, na sua opinião, saudável esta preocupação em relação à higiene urbana, dizendo também ser importante que se pensasse na saúde ocupacional dos trabalhadores. Em relação ao Desporto faz um apelo à colocação das duas balizas que faltam no campo de jogos frente ao centro de saúde, agradecendo de novo o trabalho efetuado.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos solicitados.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, felicitou todas as intervenções que foram feitas, pedindo ao Sr. António Pereira que deixe a informação efetiva do senhor que necessita de apoio social para que o mesmo possa ser prestado de forma célere. Disse ser este espírito de trabalho que deve existir entre o órgão executivo e a Assembleia de Freguesia, tendo a noção que esse trabalho e essa comunicação não era valorizada nem existia no passado. Disse que também que todas as retificações, comunicações e reparos ditos nas intervenções têm toda a razão de ser e isso acontece pelo estado em que as coisas estão e que não decorreu nos últimos seis meses, e sim durante muitos e muitos anos, frisando que a recuperação dessas falhas não poderá ser realizada no espaço de seis meses e que demorará algum tempo até que tudo esteja normalizado. Disse que, relativamente ao Conselho Desportivo a sua formação foi pública e apenas foi elaborado um regimento de funcionamento do próprio Conselho Desportivo e não um Regulamento. Disse que faria gosto em facilitar este documento a quem o desejar, mas a oposição sabe que pode consultar os documentos e que qualquer cidadão tem acesso aos documentos desta casa. Disse que no espírito de abertura e transparência, o Executivo quis trazer a informação referente à IGF a esta casa. Salientou que anteriormente havia um conjunto de inspeções à Junta de Freguesia mas que, se calhar, nem eram comunicadas situações mais graves aos membros da Assembleia de



Freguesia. Disse que foram questionados a esta casa a celebração de dois contratos de prestação de serviços, cujas respostas foram remetidas à IGF, estando este Executivo muito confiante que fez estes contratos como eles deveriam ser feitos. Frisou que o Executivo sabe bem de onde vem a “lama” que se tenta lançar sobre esta Junta de Freguesia e, embora não o possa dizer publicamente, sabe bem quem quer continuar neste registo. Referindo-se à Comissão Social de Freguesia disse que o Executivo tem estado a tentar recuperar a sua presença nos diversos eixos, estando ainda em falha o eixo da empregabilidade e Empreendedorismo, mas o Executivo está a fazer esforços para poder estar também aí presente, não estando ainda de uma forma efetiva mas de uma forma consultiva. Referindo-se às questões levantadas pelo Sr. Luís Castro, disse comungar das mesmas já tendo de certa forma dado a resposta nas questões elencadas pelo Sr. António Pereira. Disse haver algo que preocupa o Executivo e que considera necessário fazer um estudo sobre melhorias de acessibilidade pedonal para travessia de três artérias da freguesia e que causam alguma preocupação: a Av. Arlindo Vicente, a Av. Santo Condestável e a Av. Paulo VI. Relativamente ao serviço da tesouraria disse que se coloca devido à segurança e à dilação dos serviços e para que haja encerramento de contas elaborado dentro da segurança necessária ao mesmo, havendo assim um desfasamento de meia hora entre os referidos horários, ficando de qualquer modo abertos a estudar a sugestão levantada na intervenção do Sr. Luis Castro. Referindo-se à revista de Marvila, disse já ter sido expresso o entendimento sobre este tema na moção e nas intervenções dos partidos relativamente ao tema, dizendo apenas que é objetivo do Executivo que a revista não sirva de veículo político por parte de nenhuma força, mas que devem ser criadas algumas condições, não em termos de partidos políticos mas mais em termos do que são os membros da sua Assembleia de Freguesia, a população conhecer ao longo deste mandato, aqueles que são as pessoas que compõem a sua Assembleia de Freguesia e possibilitar-lhes que escrevam algum artigo de opinião e que expressem a sua opinião, não tanto as suas forças políticas representadas na Assembleia mas o elemento membro desta mesma Assembleia, estando o Executivo aberto a que essa oportunidade surja e que o primeiro exemplo seja a participação do próprio Presidente da Assembleia. Relativamente ao conjunto de apoios levantado na questão do Sr. Luís Castro, disse que há uma visão completamente diferente da que antes era subjacente. Este Executivo tem uma visão de estado social, uma visão de defesa do associativismo, não se revendo em apoios sociais diminutos às associações e às instituições e sim em um apoio efetivo e célere junto das mesmas. Salientou também que há apoios onde entende a razão dos membros da Assembleia que devem ser submetidos por contratos programa a esta Assembleia e assim será feito, mas pediu o entendimento dos eleitos de que muitas das vezes é necessário dar uma resposta pronta e efetiva a necessidades que são urgentes e indispensáveis resolver, dizendo que o que foi feito relativamente a este conjunto de apoios foi, de certa forma resolver situações às quais teríamos que dar uma resposta muito rápida ao que eram os desejos e as oportunidades que as próprias instituições tinham para desenvolver o seu trabalho. Salientou que hoje em dia é preciso cada vez mais, com as regras apertadas que a Junta de freguesia tem em resolver algumas questões, apoiarmo-nos nas associações e nas instituições para desenvolvermos um trabalho muito mais completo e mais próximo das populações, servindo-nos destas instituições como veículos para podermos estar perto dos marvilenses.-----



---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao eleito Sr. Rogério Mota.-----

---O **Sr. Rogério Mota (PCP)**, no uso da palavra, deu as boas vindas ao Executivo às propostas antes dadas pelo seu partido, dado no mandato anterior ter sido o PCP a propor a formação do Conselho Educativo e de ter proposto por vários anos a criação do Conselho Desportivo de Marvila e do Conselho da Juventude, felicitando por haver pontos em que poderão trabalhar em comum. Perguntou se o Regulamento elaborado no Conselho Educativo de Marvila é o mesmo que impedia que as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia participassem dele, dizendo considerar muito perigoso se assim for. Acredita que nessas reuniões, tal como nas reuniões do Conselho Desportivo que terá uma no dia 02 de maio, às quais pergunta se é possível assistir e participar, dizendo ser importante que isso possa acontecer. Relativamente à escola básica Prof. Agostinho da Silva, disse que a informação que tem é que o projeto está aprovado e se tal é verdade, depois de tanto andar para trás e para a frente, é preciso verificar se ele vai corresponder às valências que a freguesia tem. Salientou que tem receio que a infraestrutura a construir, a nível desportivo, não satisfaça as necessidades nem da escola, nem objetivamente as necessidades da freguesia. Chamou também a atenção para a falta de visão a longo prazo no que se refere à escola em questão. Salientou também que o levantamento de questões deste teor e outras similares podem ajudar no desenvolvimento do trabalho dos diferentes Conselhos de Marvila se os membros da Assembleia puderem deles participar.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que pudesse responder às questões levantadas.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que não devemos confundir o poder de participar com a capacidade executiva que foi delegada pelo povo pelo voto a este Executivo, mas que todos os cidadãos inclusive os membros da Assembleia podem participar em todas as iniciativas que esta Junta promove ou apoia. Convidou o Sr. Rogério Mota pessoalmente a estar presente na reunião do Conselho Desportivo, não como membro da Assembleia de Freguesia. Relativamente à escola básica Prof. Agostinho da Silva disse que o Executivo está a acompanhar o evoluir da situação.-----

---Dando por encerrado este ponto da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao ponto número três (anterior número 6): **Autorização de assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de eletricidade, gás e serviços de segurança privada (Deliberação n.º 285/2018 da Junta de Freguesia).**---

---Dado que o Executivo dispensou a apresentação do ponto, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou à discussão do ponto dando a palavra ao Sr. António Pereira.-----

---O **Sr. António Pereira**, no uso da palavra, questionou se para estes compromissos foram ou não consultadas várias empresas ou se é uma prorrogação dos contratos existentes.-----

---Pedindo a palavra, o **Sr. Presidente da Junta** esclareceu que o documento apresentado visa apenas uma autorização ao Executivo para que este possa assumir compromissos plurianuais referentes à aquisição de eletricidade, gás e serviços de segurança privada. Essa autorização é para que possa começar o processo e fazer consulta a várias entidades.-----

---Agradecendo o esclarecimento, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao eleito **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, pediu um esclarecimento



relativamente à disparidade de valores nas previsões de aquisição de energia elétrica, bem como na aquisição de serviços de segurança privada.-----

---Pedindo a palavra o Sr. Presidente da Junta esclareceu que a diferença de valores tem a ver com a data de início dos contratos. Salientou também que há encargos plurianuais que são condicionados dado que acima dos 350 mil euros há a necessidade de ter o visto do Tribunal de Contas.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS)** que, no uso da palavra, questionou se na consulta ao mercado está previsto fazer a consulta através da ESPAV.-----

---No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Junta** respondeu que estão previstas todas as modalidades em que seja possível a Junta de Freguesia obter o menor custo possível na contratação destes serviços.-----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs à votação o ponto número três da ordem de trabalhos (antes ponto número seis) **Autorização de assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de eletricidade, gás e serviços de segurança privada (Deliberação n.º 285/2018 da Junta de Freguesia).**

---Passada a votação **foi o ponto número três aprovado por unanimidade.**-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos, ponto quatro (anterior ponto sete), **Nomeação do auditor externo – ROC –, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Deliberação n.º 352/2018 da Junta de Freguesia),** passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para fazer a introdução do mesmo.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que foi feita a consulta ao mercado relativamente ao Revisor Oficial de Contas, ROC, onde a nomeação da mesma entidade que anteriormente prestava serviços nesta Junta teve, a nível de valores, uma mais valia de 20% para a Junta de Freguesia de Marvila.-----

---Abrindo a discussão do ponto, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao eleito **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse considerar ser uma proposta bem fundamentada e desta vez foram consultadas efetivamente três empresas e não tendo ninguém posto em causa as regras do concurso é porque o mesmo foi bem elaborado, estando a sua bancada de acordo com o mesmo.-----

---Não registando mais nenhuma intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** pôs à votação o ponto da ordem de trabalhos em discussão.-----

---Passada a votação **foi o ponto número quatro aprovado por unanimidade.**-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao seguinte ponto cinco da ordem de trabalhos (anterior ponto oito), **Aprovação do Regulamento de Apoios Sociais da Freguesia de Marvila,** dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do mesmo.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que, se há exemplo do que deve ser o trabalho entre o Executivo da Junta e a Assembleia de Freguesia é este documento hoje apresentado a esta Assembleia. Disse ser um documento que visa dar resposta às carências da população da freguesia de Marvila, sendo um regulamento para um fundo de emergência social, tendo sido criado no âmbito desta Assembleia de Freguesia, uma Comissão de acompanhamento, que teve três reuniões muito participadas, nas quais foram recebidos muitos contributos importantes. Informou que este documento recebeu da parte do Sr. Vereador Ricardo Robles um apreço relativamente ao que expressa este



documento. Salientou que é um documento inovador, confirmando que foram dados todos os passos jurídicos necessários para que o documento pudesse ser apresentado nesta Assembleia. Acredita poder apresentar à freguesia de Marvila, um Fundo de emergência que dê resposta efetiva e plena àquilo que são os desejos dos Marvilenses em especial daqueles que vivem em dificuldades socioeconómicas, felicitando todos aqueles que participaram e contribuíram para a elaboração deste documento que é um documento inovador na cidade de Lisboa.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou à discussão do documento apresentado, dando a palavra à eleita Sr.^a D. Isabel Ventura.-----

--- A **Sr.^a D. Isabel Ventura (BE)** iniciou a sua intervenção dizendo que queria felicitar a Junta de Freguesia e sobretudo a Vogal da Ação Social, Sr.^a D. Maria Cristina Abreu, dado terem sido introduzidas muitas melhorias relativamente ao documento que anteriormente existia, sendo um deles a não exclusão dos apoios aos fregueses dos bairros sociais. Conseguimos também considerar o rendimento líquido abrangendo assim um número muito maior de pessoas do que era possível antes. Salientou que estes apoios têm que ser mais divulgados porque acredita que haja gente que não sabe da sua existência e muitas vezes tem necessidade de ajuda.-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. António Alves.-----

---O **Sr. António Alves (PMMI)**, no uso da palavra, chamou a atenção para os prazos para que futuramente não haja problemas ao nível da sua execução, dizendo que o mesmo deve ser submetido a consulta pública 30 dias úteis. Questionou se este regulamento engloba o contrato de delegação de competências com a Câmara Municipal de Lisboa, pedindo esclarecimentos sobre a questão.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então a palavra ao **Sr. Luis Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse não poder deixar de intervir sobre este ponto, dado que a revisão do regulamento do Fundo de Emergência Social foi um dos pontos em que o seu partido mais se focou durante a campanha. Pediu também o apoio do executivo para tomar diligências para uma maior divulgação deste fundo para poder chegar ao conhecimento do maior número possível de pessoas. Agradeceu o trabalho que foi desenvolvido no seguimento desta comissão, salientando a participação da Vogal da Ação Social que sempre teve uma participação muito ativa no trabalho realizado bem como da prestação de alguns esclarecimentos necessário ao bom funcionamento desta comissão.--

---Agradecendo, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra, disse que tendo em conta as dificuldades e as carências dos cidadãos, esta é uma medida que muito se justifica, mas que seria ótimo era que este regulamento não tivesse a necessidade de ser aplicado, dizendo que isso seria um sinal que os Marvilenses teriam ultrapassado todas as necessidades apresentadas, mas a verdade é que existem necessidades, e muitas, pelo que tem que se criar condições para poder resolver essas situações. Relativamente às questões processuais, a comissão teve o cuidado de solicitar à Junta de Freguesia de consultar os seus serviços jurídicos, no sentido de não haver qualquer ilegalidade. Frisou que o trabalho da comissão foi um trabalho frutuoso, onde cada um expôs os seus pontos de vista e na conclusão da discussão e do trabalho nasceu um documento que considera digno do trabalho realizado.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não registando mais nenhuma intervenção, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.-----



---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse ter hoje aqui uma oportunidade histórica de se ter um consenso e uma unanimidade sobre este regulamento, estando seguro dos passos realizados juridicamente para que não haja nenhuma ilegalidade. Chamou a atenção para o que está escrito na fundamentação da proposta onde leu alguns breves trechos, salientando assim a segurança jurídica do documento. Disse que este regulamento é altamente inovador na cidade de Lisboa e protege de qualquer uso abusivo ou indevido do mesmo. Informou que as verbas que sustentam este fundo são do âmbito da transferência de competências. Disse também que com isto se salienta e perspetiva um futuro mais risonho para a população mais carenciada da freguesia de Marvila e que a autarquia deveria estar orgulhosa de ser uma freguesia pioneira relativamente àquilo que hoje se leva a votação.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então à votação o **Regulamento de Apoios Sociais da Freguesia de Marvila**, o qual **foi aprovado por unanimidade**.-----

---Seguindo a ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto cinco** (anterior ponto oito) - **Autorização em ratificação da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo**, referentes às seguintes instituições: **Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras; Associação Jorge Pina; Clube Oriental de Lisboa; Grupo Desportivo de Chelas e Grupo Recreativo Janz e Associados**, dando a palavra ao Sr. Manuel Saraiva para uma declaração à Assembleia no âmbito do ponto em apresentação.-----

---O **Sr. Manuel Saraiva (PS)**, no uso da palavra, declarou que, dado fazer parte da Associação de Moradores da Assembleia, não votará na proposta referente à mesma, declaração que foi secundada pelas eleitas do PS, Sr.^a D. Isabel Saraiva e Sr.^a Luisa Costa Gomes.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto a discussão-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que o que o Executivo pedia à Assembleia de Freguesia, é a autorização, em ratificação, da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo referentes às seguintes instituições: **Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras; Associação Jorge Pina; Clube Oriental de Lisboa; Grupo Desportivo de Chelas e Grupo Recreativo Janz e Associados**, fazendo uma pequena explanação justificativa relativamente ao tema em discussão.-----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à discussão do ponto passando a palavra ao Sr. Luís Castro.-----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)**, no uso da palavra, disse ser fundamental o apoio da Junta de Freguesia junto destas associações e instituições que apoiam os jovens e outros fregueses de Marvila na sua prática desportiva, tendo no entanto uma consideração a fazer que é questionar a grande diferença entre os apoios cedidos, onde temos instituições que têm orçamentos dos quais recebem quase 70% do valor dos mesmos e outras que só recebem o valor na ordem dos 20%/30% do valor dos orçamentos apresentados, não entendendo a justificação de tal acontecer.-----

---Agradecendo a intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. António Pereira.-----

---O **Sr. António Pereira (PCP)**, no uso da palavra, disse que da parte dos eleitos do PCP, veem com bons olhos a celebração dos contratos programa com as instituições indicadas,



fazendo votos que outras que ainda não foram contempladas o venham a ser no futuro. Disse ainda que entende a justificação do Sr. Presidente, mas que deverá ter-se em atenção e trazer à Assembleia propostas deste tipo para discutir e deliberar e não para ratificar. Chamou também a atenção para a proposta de contrato programa com a Associação Jorge Pina, pedindo atenção para as datas de aprovação do contrato e do pagamento da primeira tranche do apoio dizendo que ou houve um lapso ou gralha ou as mesmas não poderão ser consideradas corretas pois a data de pagamento é anterior à da celebração do contrato.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)** que, no uso da palavra, disse que, relativamente aos contratos programa em discussão está de acordo em apoiar as instituições que fazem trabalho na freguesia, fazendo menção que no mandato anterior veio à Assembleia um contrato de delegação de competências relativamente à piscina para o COL, a tomada de posição da bancada do PCP foi que fazia muito mais sentido que fosse a Junta a fazer a gestão da mesma, mas este protocolo tem a ver com apoio para a mesma.-----

---O **Sr. Presidente da Junta** pediu então a palavra e disse que a Junta de freguesia suporta dezasseis mil euros que foi o valor acordado entre o anterior Executivo e o Clube Oriental de Lisboa em junho ou julho de 2017. A Junta de Freguesia entendeu que deveria suportar a mesma quantia porque o que estava em causa era um conjunto de cidadãos da freguesia que utilizavam a piscina a preços muito atrativos e que tinham um suporte nas contas do clube. Salientou também que a Junta de Freguesia não ajuda na gestão da piscina, ajuda sim o Oriental a poder manter este conjunto de cidadãos a utilizar a piscina por módicos preços, dado os seus rendimentos também serem baixos. No que concerne à Fundação Benfica, disse também que este Executivo foi confrontado com a emissão de uma fatura. Porém, o Executivo sempre esteve convencido que havia um protocolo de delegação de competências com esta fundação e que o mesmo era suportado com os dinheiros da CML, mas foi um erro. Disse ainda que nada foi comunicado a este Executivo e que foi celebrado, em Novembro de 2013, entre a Junta de Freguesia de Marvila e a Fundação Benfica um contrato que só pode ser denunciado seis meses antes do dia 1 de novembro de cada ano e que tem um pagamento de 75 mil euros, em duas tranches, uma durante o mês de março e outra durante o mês de novembro, dizendo que até a de novembro foi antecipada, pois quando este Executivo chegou à Junta nada teve para pagar à Fundação Benfica, pensando que tudo estava resolvido. A Junta de Freguesia podia ter denunciado este contrato até ao final de abril para 2018 e por falta de conhecimento não o fez e em tão poucos dias não poderia ter tomado essa decisão. Agora este Executivo terá de negociar com a CML o apoio à Fundação Benfica. De qualquer modo, até isso ser conseguido a Junta de Freguesia terá que suportar uma despesa considerável. Salientou também que sempre haverá dificuldades nos critérios de dar apoios, dizendo que cada caso é um caso.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** esclareceu relativamente às datas do contrato programa com a Associação Jorge Pina dizendo que foi feita uma análise das datas do contrato e elas estão em conformidade. Dando seguimento à discussão passou a palavra ao Sr. Luis Castro.-----

---O **Sr. Luís Castro (PSD)**, no uso da palavra, questionou se não faria sentido ser a Junta a assumir a gestão da piscina e não um só clube. Chamou também a atenção para ser



verificado se as associações estão vocacionadas para o que é presente no contrato programa em relação aos seus estatutos.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Pereira (PCP)** que, no uso da palavra disse que o seu partido sempre disse que relativamente à piscina considerava que deveria ser a Junta de freguesia a gerir a mesma, dado ser uma piscina municipal e ser a Junta de Freguesia a ter todos os gastos de manutenção e de gastos mensais do equipamento. Uma vez que assim não é e é o COL que está a gerir o equipamento, o seu partido considera que terá que ter os apoios necessários, quer da Junta de freguesia quer da CML, para o poder gerir nas melhores condições e que preste um bom serviço à população.-----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta**, que esclarecendo o alerta do Sr. António Pereira sobre o contrato programa com a Associação Jorge Pina e agradecendo a chamada de atenção, disse realmente haver um lapso dos serviços nas datas que iriam ser corrigidas rapidamente. Relativamente à piscina, disse ser do seu entender que a mesma nunca deveria ter passado para a freguesia e que o equipamento deveria ter sido considerado estruturante e que deveriam ter sido feitas negociações no sentido de ele continuar na CML. Concorda que muitas vezes as associações extravasam o seu objeto a nível de funções e que os apoios devem ser para o fim que a eles se destinam.-----

---A eleita do **PS, Sr.ª D. Luísa Costa Gomes**, salientou que os frequentadores da piscina não são só os sócios do COL e que pode ser frequentada por toda a população de Marvila.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. António Alves (PMMI)**, que pediu esclarecimentos sobre o pagamento à Associação Jorge Pina, sendo esclarecido pelo Sr. Presidente da Junta.-----

---De seguida o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação as propostas de pedido de autorização, em ratificação, da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, que foram votadas uma a uma.-----

--- Passada a votação, foi o contrato-programa entre a JFM e a **Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras** aprovado por unanimidade com 16 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, havendo três eleitos que não participaram na votação;-----

---O contrato-programa entre a JFM e a **Associação Jorge Pina** foi aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções;-----

---O contrato-programa entre a JFM e o **Clube Oriental de Lisboa** foi aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções;-----

---O contrato-programa entre a JFM e o **Grupo Desportivo de Chelas** foi aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções;-----

---O contrato-programa entre a JFM e o **Grupo Recreativo Janz e Associados** foi aprovado por unanimidade com 19 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.----

-----**PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---Face ao adiantado da hora, e por deliberação da Assembleia, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião, eram **00h00**, dando nota que a 2ª reunião da



presente sessão teria lugar no dia **04 de maio de 2018, às 20h00**, com a restante ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a 1ª reunião da presente sessão ordinária, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária.-----

O Presidente da Assembleia *Jamforyta*

A 1ª Secretária *Diana Penedes*

A 2ª Secretária _____

